




DESTAQUES

Ações e programas do Governo Federal

JUL/AGO 2009

DESTAQUES

JUL/AGO 2009



Caderno Destaques, ano II, nº 3, jul/ago de 2009.

Publicação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Versão eletrônica disponível nos sítios www.brasil.gov.br e www.presidencia.gov.br.

Presidência da República. Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução de informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte. Seu conteúdo não pode ser alterado.

As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Divulgado em 15 de julho de 2009.

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Próximas edições – 2009

16 de setembro – 18 de novembro

Catálogo na fonte Biblioteca da Presidência da República

B736

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques: ações e programas do Governo Federal / Secretaria de Comunicação Social – Brasília, 2009.

76 p.

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

APRESENTAÇÃO



Em sua terceira edição bimestral de 2009, Destaques traz ao leitor as medidas anunciadas em junho para estimular a produção e o consumo e acelerar a recuperação do País frente à crise internacional (ver págs. 18, 44 e 66).

A reunião de cúpula do G-5 com o G-8 (pág. 8), o compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar (pág. 51), os indicadores da recuperação do emprego (pág. 46) e o pronunciamento do presidente da República na 13ª Assembléia da União Africana (pág. 59), também são objetos desta edição.

O leitor encontra ainda informações atualizadas sobre política externa, energia e democracia, além dos principais indicadores econômicos e sociais (a partir da pág. 3). Pode também acompanhar diversos programas federais, como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação (a partir da pág. 12).

Como nas edições anteriores, Destaques reitera o convite para que o leitor contribua, por e-mail, com críticas e sugestões.

Boa leitura!

Equipe do Destaques
destaques.secom@planalto.gov.br

MENSAGEM AOS LEITORES

O caderno Destaques oferece ao leitor informações sobre as principais ações e programas do Governo Federal, atualizadas de dois em dois meses.

Em cada edição, trata de temas conjunturais e setoriais relevantes do período, além das principais realizações de cada área. Conjuga, assim, visão geral e detalhada dos grandes temas da agenda nacional.

No rodapé de cada página é indicada a data de atualização das informações.

ESTRUTURA DO CADERNO

- **Parte I – Brasil Hoje:** retrato atualizado de cinco dimensões estratégicas da atuação do Governo: social, econômica, energia, política externa e democracia.
- **Parte II – Programas e Temas Setoriais:** trata das políticas públicas em andamento. A cada edição, textos abordam um tema de relevância de cada programa e, no *box* ao final de cada página, uma breve conceituação com a indicação de *link* para mais informações.
- **Parte III – Atualidades:** apresenta temas conjunturais, ações e intervenções do Governo que ocorreram no bimestre anterior.
- **Parte IV – Biblioteca de Artigos, Discursos e Pesquisas:** seção destinada à síntese de pesquisas sobre a realidade brasileira, pronunciamentos do presidente da República e artigos.
- **Siglas:** lista de siglas e abreviaturas utilizadas na edição.

INTERNET: www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

- Na internet é possível obter o arquivo desta edição e das anteriores, nas versões colorida ou preto e branco, e versões em inglês e espanhol.
- Atualização do Retrato Econômico: índices econômicos recentes.
- Relação de Conselhos criados, recriados e consolidados desde 2003 e as conferências nacionais realizadas no período.
- Glossário de termos técnicos.
- Índice Remissivo: relação completa de temas que fizeram parte do caderno desde a primeira edição (mar/08).

Equipe do Destaques
destaques.secom@planalto.gov.br

SUMÁRIO

1 – Brasil Hoje

Retrato Social.....	3
Retrato Econômico.....	4
Energia	6
Política Externa	8
Democracia.....	9

2 – Programas e Temas Setoriais

Agricultura e Pecuária	12
Amazônia Sustentável.....	13
Bolsa Família	14
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	15
Criança e Adolescente	16
Cultura	17
Desenvolvimento Produtivo – PDP	18
Documentação Civil	19
Educação – PDE	20
Esporte	22
Habitação	23
Juventude – ProJovem	24
Mais Alimentos	25
Meio Ambiente.....	26
Mulheres	27
PAC – Crescimento Acelerado.....	28
Pesca e Aquicultura.....	30
Pesquisa Agropecuária	31
Pessoas com Deficiência.....	32
Povos Indígenas	33
Previdência Social.....	34
Quilombolas	35
Reforma Agrária	36
Segurança Pública – Pronasci	37
Saúde Indígena - Funasa	38
Saúde	39
Territórios da Cidadania	40
Turismo.....	41

3 – Atualidades

O Brasil e a Crise Financeira	44
Crédito	45
Emprego.....	46
Exportações	48
Gripe Influenza A (H1N1).....	49
Fome Zero - Cisternas	50
Acordo do Setor Canavieiro	51
Relação com Estados.....	52
Relação com Municípios.....	53
Gestão Pública	54

4 – Biblioteca: Artigos, Discursos e Pesquisas

Discurso do Presidente na 13ª Assembléia da União Africana, 1ºjun/09.....	59
Petróleo no Brasil	63
Pobreza Metropolitana.....	64
Retrato Social – Comparativo	65
Estímulo à produção	66

Siglas	72
---------------------	----

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

Trechos de discursos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República

“O Brasil nunca esteve tão seguro para enfrentar uma crise como estamos enfrentando. Tomamos todas as medidas que tínhamos que tomar e tomaremos tantas quantas medidas forem necessárias para que o Brasil saia muito mais forte do que entrou. Nós tivemos um problema de crédito e todo mundo sabe que já está sendo resolvido. Nós temos um problema de *spread* bancário mais alto do que o normal e nós vamos resolver. Mas o que nós queremos mesmo é retomar a capacidade produtiva deste País, gerar os empregos que precisamos, para que possamos garantir a democracia cada vez mais forte... este País não tem mais retorno. O Brasil aprendeu a ter autoestima, o Brasil aprendeu a ser grande – e quem aprende a ter autoestima e a ser grande não volta atrás.”

Cerimônia de inauguração do novo parque gráfico do Grupo RBS. Porto Alegre (RS), 26jun/09.

“A reforma das instituições internacionais, com maior participação dos países em desenvolvimento em suas decisões, é essencial para assegurar uma governança mais justa e eficaz. O mais importante é garantir que a dignidade dos seres humanos esteja sempre no centro das atenções e preocupações da comunidade internacional. Tenho certeza de que, com esse enfoque, será muito mais fácil promover uma cultura de respeito aos direitos humanos em todo o mundo.”

Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Genebra, Suíça, 15jun/09.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

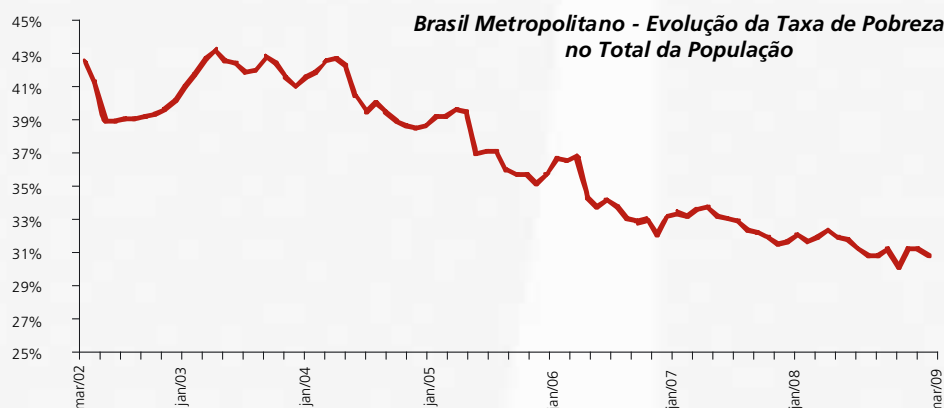
Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

RETRATO SOCIAL

Pobreza nas principais regiões metropolitanas do País continuou em queda

Crise econômica internacional não prejudicou trajetória de queda da pobreza iniciada em 2004, segundo estudo do Ipea¹. Nos seis primeiros meses de manifestação da crise (out/08-mar/09), o número de pobres nas regiões metropolitanas decresceu em quase 316 mil. Elevação real do salário mínimo e a rede de garantia de renda aos pobres, que alcança 34% da população, são possíveis razões para a queda. Ver pág. 64.

Queda da pobreza metropolitana



Redução da desigualdade e da fome

- Desigualdade de renda domiciliar²: diminuiu de 0,553 em 2002 para 0,520 em 2007 (-6%).
- Desnutrição (menores de cinco anos abaixo do peso): passou de 12,5% (2003) para 4,8% (2008)³.

Crescimento da formalização, da renda e do crédito

- Proporção de trabalhadores formalizados cresceu de 49%, em 2003, para 53,4%, em 2008⁴.
- Renda cresceu em todos os segmentos, sendo que a dos 10% mais pobres aumentou 22,2%, e a dos 10% mais ricos, 0,3% entre 2002-2007.
- Crescimento da renda das mulheres foi mais intenso que o dos homens, e diminuiu a diferença da renda entre brancos e negros.
- Salário mínimo com reajuste nominal de 133% e aumento real de 64%, acima da inflação medida pelo INPC/IBGE (jan/03-jun/09)⁵.
- Crédito concedido a pessoa física aumentou de R\$ 88,5 bilhões (jan/03) para R\$ 426,5 bilhões (mai/09). Ver pág. 45.
- Estudo da FGV⁶ confirma a expansão da classe média. Classe C corresponde a 52,7% da população das seis maiores regiões metropolitanas e cresceu 24% entre fev/03-fev/09.
- Resultados consolidam formação de amplo e dinâmico mercado interno de consumo.

Melhoria da educação e do acesso à informação

- Analfabetismo (maiores de 15 anos) caiu de 11,8% (2002) para 9,9% (2007).
- Número de estudantes universitários foi ampliado em 1,3 milhão (2003-2007), e 541 mil bolsas do Prouni foram ocupadas desde 2005.
- Domicílios com microcomputador aumentaram de 14,2% (2002) para 27% (2007) e, com acesso à internet, de 10,3% (2002) para 20,4% (2007). nr¹

1. Fonte: Ipea – Pobreza e crise econômica: o que há de novo no Brasil metropolitano, publicado em 21 mai/09.

2. Medida pelo Coeficiente de Gini, em que a desigualdade varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta).

3. Fonte: Ministério da Saúde.

4. Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

5. Fonte: Ipeadata.

6. FGV – Crônica da Crise: Ressaca e Resiliência Recentes, publicado em 8abr/09.

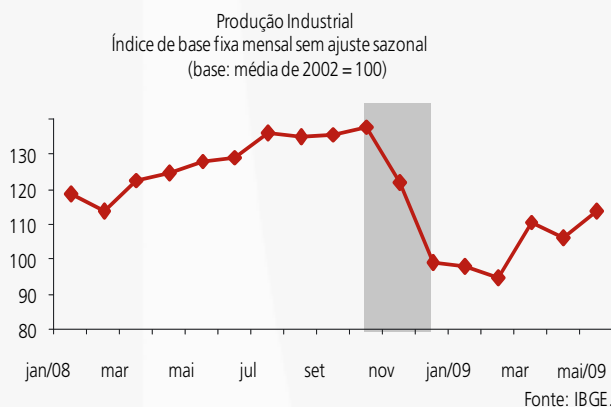
RETRATO ECONÔMICO

Indústria brasileira se recupera em 2009

A produção industrial mostra sinais de reação em 2009, após a forte queda observada no último trimestre do ano passado, causada pela crise financeira internacional. Recuperação, porém, poderá ser lenta.

Produção industrial em recuperação e exportações em bom ritmo

- Produção industrial: após a forte queda observada no último trimestre de 2008, indústria se recupera em 2009 (+1,3% na comparação mai/09-abr/09).



- Exportações: US\$ 197,9 bilhões acumulados em 2008. Recorde histórico. Jun/09: US\$ 14,5 bilhões, e US\$ 70,0 bilhões acumulados em 2009.

Políticas monetária e fiscal favorecem recuperação e inflação controlada

- IPCA: 5,90% em 2008 (4,46% em 2007). Mai/09: 0,47% (5,20% nos últimos 12 meses).
- Superávit primário: 4,06% do PIB em 2008 (3,92% em 2007). Mai/09: 2,28% do PIB acumulado em 12 meses.
- Redução de juros:
 - Pela primeira vez, a taxa Selic é inferior a dois dígitos: 9,25% a.a.
 - Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP): 6 % a.a. Menor da série histórica iniciada em 1995.
- Reservas internacionais elevadas: US\$ 208,4 bilhões (30jun/09).

Consumo interno e crédito crescem e sustentam a economia

- Consumo das famílias: +0,7% (1º tri/09).
- Consumo do Governo: +0,6% (1º tri/09).
- Recorde semestral na venda de veículos: 1,5 milhão de unidades (+3,01% frente ao 1º sem/08).
- Mercado de crédito continua em expansão: volume de crédito do sistema financeiro atingiu valor recorde de R\$ 1.259,5 bilhões (mai/09) ou 43% do PIB.

PIB cai no primeiro trimestre, mas investimento estrangeiro direto se mantém

- PIB: R\$ 684,6 bilhões no 1º tri/09. Queda de 0,8% na comparação com o 4º tri/08 e de 1,8% frente ao 1º tri/08.
- Investimento (FBCF¹): -12,6% (variação 1º tri/09-4º tri/08). Maior redução desde 1996.
- Taxa de Investimento (FBCF/PIB): 16,6% (1º tri/09).
- Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 45,1 bilhões em 2008 (+30% em relação a 2007). Recorde histórico. Mai/09: US\$ 2,5 bilhões (US\$ 42,3 bilhões nos últimos 12 meses).
- Investimentos diretos de brasileiros no exterior: US\$ 20,5 bilhões em 2008 (+193% em relação a 2007). Mai/09: -US\$ 1,5 bilhão (US\$ 13,9 bilhões nos últimos 12 meses).

1. Formação Bruta de Capital Fixo.

RETRATO ECONÔMICO – COMPARATIVO

Comparativo 2003 e 2009 de indicadores econômicos selecionados

Indicador	jan/03	mai/09	Variação (%)
PIB – Produto Interno Bruto anual (R\$ bilhões de 2008)	2.269,4 ¹	2.889,7 ²	+27
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	2,28	-39
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	208.425 ³	+453
Investimento estrangeiro direto (acumulado em 12 meses – US\$ milhões)	16.020	42.308	+164
Investimento brasileiro no exterior (acumulado em 12 meses – US\$ milhões)	2.654	13.864	+422
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	284 ³	-80
Juros Selic⁴ (% a.a.)	25,00	9,25 ³	-63
Crédito total (% do PIB)	21,8	43,0	+97
Dólar comercial (R\$)	3,44	1,96 ³	-43
Inflação IPCA⁵ (% a.m.)	2,25	0,36	-84
Cesta básica (R\$)	209 ⁶	209	0
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	39,2	+37
Taxa de desocupação regiões metropolitanas (%)	11,2	8,8	-27
Salário mínimo real⁷ (R\$)	284	465	+64
Produção industrial (índice) (Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	114,01	+24
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,7 ⁸	145,8 ⁹	+49
Vendas do comércio (índice) (Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	153,98	+65

1. PIB 2002.

2. PIB 2008.

3. Jun/09.

4. Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central.

5. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

6. Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA a preços de jun/09.

7. Deflacionou-se o salário mínimo nominal pelo INPC do IBGE. Base: jun/09. Fonte: Ipeadata.

8. Safra 2002.

9. Safra 2008.

ENERGIA

Luz para Todos leva energia elétrica a dois milhões de lares

Em mai/09, o Programa Luz para Todos ultrapassou a meta inicial de dois milhões de ligações e beneficiou cerca de dez milhões de pessoas no meio rural, o que representa a totalidade das famílias que não tinham acesso à energia elétrica, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2000. Em 30jun/09, o número de ligações já chegou a 2.023.817.

Programa Luz para Todos

- Criado em 2004, o programa proporciona o acesso gratuito à energia elétrica a quem não o tem.
- Perfil do público beneficiário:
 - 60,9% recebem até um salário mínimo por mês, e 36% até três salários mínimos;
 - 96 mil famílias voltaram para o campo (4,8% do total) devido ao programa;
 - 35,8% tiveram aumento na renda familiar;
 - 34 % tiveram melhora nas oportunidades de trabalho;
 - 41,1% passaram a estudar no período noturno;
 - 78,5% adquiriram televisor, 73,1% compraram geladeira e 44,7%, equipamento de som. Ou seja, foram comercializados: 1.570.000 TVs, 1.462.000 geladeiras e 894.000 equipamentos de som.
- Gerados 300 mil empregos.
- Implantados 4,62 milhões de postes, 883 mil km de cabos e 708 mil transformadores.
- O investimento total do Governo Federal é de R\$ 9,8 bilhões (72% em média do investimento total), dos quais R\$ 6,9 bilhões liberados. Mais R\$ 1,7 bilhão serão investidos pelos governos estaduais.
- Até 2010, mais um milhão de ligações deverão ser feitas, beneficiando cinco milhões de pessoas, pois foram identificadas mais famílias sem energia elétrica em relação ao informado pelo Censo.

Biodiesel

- A elevação para 4% de biodiesel na mistura com o diesel (B4), a partir de 1ºjul/09, gera uma demanda anual estimada em 1,8 bilhão de litros do combustível, o que mantém o Brasil como um dos maiores produtores e consumidores de biodiesel do mundo.
- O biodiesel destinado à mistura obrigatória é adquirido por meio de leilões públicos trimestrais: 80% do volume é reservado para as usinas que detêm o Selo Combustível Social, conferido àqueles produtores que negociam a compra da matéria-prima com os agricultores familiares.
- 14 leilões de biodiesel já realizados: seis durante a fase de mistura não-obrigatória (2005 a 2007) e oito na fase de mistura obrigatória (2008 em diante). No último leilão, realizado pela ANP em 29mai/09, foram arrematados 460 milhões de litros para suprir o fornecimento durante o 3ºtrim/09¹. 93% deste volume virá de unidades produtoras detentoras do Selo Combustível Social.
- Das 65 usinas instaladas, 43 estão autorizadas a comercializar, com capacidade nominal de 3,6 bilhões de litros/ano. Destas, 29 usinas são detentoras do Selo Combustível Social e representam 92% da capacidade autorizada a comercializar.
- O biodiesel brasileiro é feito a partir do óleo de soja (76,4%), sebo bovino (19,4%), óleo de algodão (2%) e outras matérias-primas (2,2%)².
- A produção regional média em abr/09 estava assim distribuída: Centro-Oeste (37,3%), Sul (36,6%), Sudeste (19,4%), Nordeste (6,2%) e Norte (0,5%).

1. Este volume representa a demanda de biodiesel para a mistura B4 no período.

2. Óleo de palma/dendê, óleo de mamona, outros materiais graxos, gordura de porco e óleo de fritura usado.

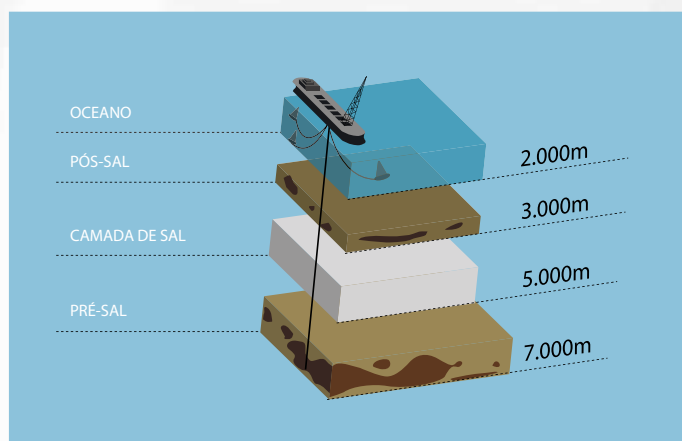
ENERGIA

Etanol

- 2º maior produtor e o maior exportador de etanol do mundo. Em 2008, o País produziu 24,5 bilhões de litros do combustível. As exportações brasileiras totalizaram, até mai/09, 1,03 bilhão de litros.
- O etanol e a bioeletricidade derivados da cana-de-açúcar respondem, hoje, por quase 16% de toda a oferta interna de energia e ocupam o segundo lugar na matriz energética brasileira, somente atrás dos derivados de petróleo, cuja participação é de 37%.
- O etanol de cana-de-açúcar pode reduzir em mais de 90% os níveis de emissão de poluentes em relação à gasolina e gera emprego e renda no campo.
- Firmado acordo nacional tripartite entre empresários, trabalhadores e Governo Federal com o objetivo de tornar dignas e seguras as condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar, assim como promover a reinserção profissional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização de sua colheita. Ver pág. 51.
- Carros flex-fuel: 7,9 milhões de unidades comercializadas desde seu lançamento em 2003 até mai/09. Em mai/09, 88% do total de veículos leves licenciados no País foram flex-fuel. Sua participação na frota total de veículos leves em circulação é de 30%.

Petróleo – desafios do pré-sal

- A camada pré-sal tem 800 km de extensão e 200 km de largura. Alguns blocos exploratórios chegam a ficar a 340 km da costa brasileira.
- A profundidade dos reservatórios chega a cinco mil metros: dois mil metros de oceano, mil metros de rocha da camada pós-sal e mais dois mil metros de sal.
- Volume estimado: de 11,5 a 15,5 bilhões de barris. Se confirmado, significará aumento de 80% a 100% nas atuais reservas.
- Soluções para os desafios tecnológicos e econômicos a serem superados para a exploração do pré-sal – tais como a perfuração de poços de alta inclinação e longo alcance e a logística para o transporte a 300 km da costa – vêm sendo desenvolvidas pela Petrobras e pelo setor industrial.
- Nos últimos cinco anos, a Petrobras investiu US\$ 1 bilhão em pesquisa e desenvolvimento.
- Veja o histórico dos descobrimentos de petróleo no Brasil na pág. 63.



Fonte: Petrobras

Energia de fontes renováveis atende à demanda e reduz impacto ambiental

A política energética brasileira busca atender à crescente demanda, sustentando o crescimento econômico com pequeno impacto ambiental e redução do aquecimento global, por meio do amplo uso de energias oriundas de fontes renováveis. Promove, também, melhoria nas condições de vida da população, por meio do Luz para Todos e do Selo Combustível Social. Decisões estratégicas tomadas pelo Estado brasileiro ao longo do tempo vão nesse sentido, como a criação da Petrobras em 1954, a implantação do Pró-Álcool em 1975 e o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel em 2004. Hoje, 45,3% da oferta interna de energia provém de fontes renováveis, como a das hidrelétricas. Tudo isso, somado às recentes descobertas de petróleo e gás na camada pré-sal, proporcionará ao País maior segurança energética. **Mais informações: www.mme.gov.br e www.epe.gov.br.**

POLÍTICA EXTERNA

Brasil participa da cúpula do G8 + G5 na Itália

Encontro ocorreu em Áquila, na Itália, entre 7 e 10jul/09 e reuniu a Cúpula do G8 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia) e a do G5 (África do Sul, Brasil, China, Índia e México). O G5 vem sendo convidado para as cúpulas anuais do G8 desde 2005. Os principais temas da agenda foram: crise econômico-financeira, reforma da governança global, segurança alimentar e mudança climática.

Cúpula do G8 + G5 tem consenso sobre temas sensíveis; Rodada Doha é relançada

- Líderes do G8 e do G5 concordaram em relançar a Rodada Doha e anunciaram pacote de investimentos de US\$ 20 bilhões, em três anos, para fomentar a produção de alimentos em países em desenvolvimento, com ênfase especial para a África.
- Sobre o clima, as principais economias do mundo concordaram com a necessidade de manter o aquecimento global médio em no máximo 2°C acima dos níveis pré-industriais.

Avança o processo de institucionalização dos Brics

- Primeira Reunião de Cúpula dos Brics foi realizada em jun/09, em Ecaterimburgo, Rússia. Os presidentes do Brasil, Rússia, Índia e China buscaram entendimentos comuns relativos à crise financeira global e as formas de sua superação, reforma do Conselho de Segurança da ONU, energia, mudança do clima e segurança alimentar.

Missão brasileira à China

- Resultados da visita, realizada em mai/09: criação do Centro Brasil-China de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras – parceria entre a Coppe-UFRJ e a Universidade de Tsinghua; decisão de instalar um Laboratório da Embrapa em Pequim, em 2010, em parceria com a Academia de Ciências Agrárias da China (CAAS); proposta de criação do Centro Brasil-China de Pesquisa em Nanotecnologia; cooperação nas áreas política, jurídica, científica e tecnológica, espacial, financeira, energética, comércio de produtos agropecuários e de cooperação portuária.

Organização dos Estados Americanos – OEA

- Aprovada resolução que torna sem efeito a exclusão da participação de Cuba na OEA, na sua XXXIX Assembléia-Geral realizada em Honduras, jun/09, com a presença do Brasil.

América Central

- O Governo brasileiro condenou a ação militar de 28jun/09, que resultou na retirada do presidente de Honduras do Palácio Presidencial e sua condução para fora do país. Para o Brasil, ação configura atentado à democracia e não condiz com o desenvolvimento político da região.

Portal “Brasileiros no Mundo” na internet – www.brasileirosnomundo.mre.gov.br

- Lançado em jun/09, traz assuntos relacionados às comunidades brasileiras, com informações de apoio e promoção dos brasileiros residentes no exterior.
- Instrumento amplia diálogo entre o Itamaraty e as comunidades brasileiras e destas entre si. É parte da preparação para a II Conferência “Brasileiros no Mundo”, a ser realizada em ago/09, no Rio de Janeiro.

Diretrizes da atual política externa brasileira

Brasil atua em prol de uma nova geografia mundial, não excludente e multipolar. Tradicionalmente orientado pela busca da paz, da solução negociada de conflitos internacionais e pela defesa dos interesses nacionais, País valoriza as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, e defende a construção de nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática. **Mais informações: www.mre.gov.br.**

DEMOCRACIA

País amplia fiscalização dos recursos públicos

Lei da Transparência cria melhores condições para sociedade fiscalizar gastos públicos da União, dos estados e municípios e fortalece o compromisso do Estado no combate à corrupção. É um reforço ao Portal da Transparência, que divulga os recursos aplicados pelo Governo Federal.

Mais transparência e controle nos gastos públicos

- Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br): lançado em nov/04, já detalhou gastos de R\$ 5,6 trilhões do orçamento federal relativos a 5.503 ações de governo, até jun/09.
- Lei da Transparência (LCp n.º 131 de 27mai/09):
 - União, estados e municípios serão obrigados a colocar na internet, em tempo real, os dados de seus orçamentos e gastos¹.
 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato pode denunciar ao TCU e ao Ministério Público o descumprimento da lei.
- Observatório da Despesa Pública (ODP): criado pela Controladoria-Geral da União (CGU), em dez/08, monitora os gastos públicos por meio de ferramentas de tecnologia da informação aplicadas em bases de dados de sistemas do Governo. Projeto recebeu o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, na categoria Melhor Projeto de Informática Pública².

Prevenção e combate à corrupção

- Lançado, em 8jul/09, guia de orientação a agentes econômicos, gestores públicos e população para identificação de casos de condutas anticompetitivas em licitações públicas (www.mj.gov.br).
- Ampliação do controle sobre os gastos públicos: manual "A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção"³ incentiva empresas a adotarem práticas éticas nas relações comerciais.
- Punições: desde jan/03, 2.179 servidores foram punidos pelo Governo Federal devido à corrupção, resultando em 1.878 demissões, 169 destituições e 132 cassações de aposentadorias.

Sociedade constrói nova relação

- Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar é firmado em 25jun/09 entre trabalhadores, empresários e Governo Federal. Medidas preveem o fim da contratação indireta, eliminando a figura do "gato"; mudanças no cálculo da produtividade; adoção de itens de segurança e de pausas para descanso. Ver pág 51.

Respeito às diferenças

- II Conferência Nacional de Igualdade Racial, realizada de 25 a 28jun/09, em Brasília, reuniu 1,3 mil delegados de todo o País e abordou temas como: titulação de terras quilombolas, cotas no ensino superior, respeito às religiões, programas de saúde para a população negra e combate ao racismo.

Um País de todos

O diálogo entre o Estado e a sociedade ajuda a definir e aperfeiçoar as políticas públicas e a monitorar as ações do Governo. Medidas de controle e combate à corrupção são aperfeiçoadas. Conferências nacionais com representantes eleitos elencam as prioridades nas áreas de inclusão social, direitos humanos, acesso à alimentação, educação, saúde, habitação e cultura. Desde 2003, foram realizadas 56 conferências, com mais de 3,4 milhões de participantes.

1. Municípios com mais de 100 mil habitantes têm até um ano para divulgar as informações; entre 100 mil e 50 mil habitantes, dois anos; e menos de 50 mil habitantes, quatro anos.

2. Em 12jun/09; o Instituto Conip (Conhecimento, Inovação e Práticas de Tecnologia da Informação na Gestão Pública) é uma ONG sem fins lucrativos que atua como observatório das práticas bem-sucedidas de uso da tecnologia da informação na gestão pública no Brasil.

3. Lançado durante a X Conferência Internacional do Instituto Ethos, em 16jun/09, em São Paulo. Iniciativa é da CGU, em parceria com o Instituto Ethos e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc).

Fique atualizado. Consulte também:
www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

2

PROGRAMAS E TEMAS SETORIAIS

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010 aumenta crédito em 37%

O Governo Federal destinou R\$ 107,5 bilhões para a agropecuária por meio do Plano Agrícola e Pecuário – PAP 2009/2010, lançado em 22jun/09. Esse total representa 37% a mais de recursos para o crédito agrícola em relação à safra 2008/2009. Na nova safra, que se inicia em jul/09, a agricultura comercial conta com R\$ 92,5 bilhões (aumento de 42,3%) e a familiar com R\$ 15 bilhões (aumento de 15,4%).

Mais apoio ao médio produtor

- Nesta próxima safra, o médio produtor brasileiro terá R\$ 5 bilhões em condições facilitadas por meio da ampliação do Proger rural¹: 72% a mais que o destinado no ciclo anterior.
- O limite de renda do produtor para ter acesso a essa linha de crédito foi dobrado e passou para R\$ 500 mil de renda bruta anual.
- Os limites de crédito para custeio, investimento, comercialização e aquisição de máquinas e equipamentos subiram de R\$ 150 mil para R\$ 250 mil.

Cooperativismo recebe mais recursos e maior prazo

- Nesta edição do PAP serão aplicados R\$ 2 bilhões pelo Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap Agro). O programa foi criado para promover a ampliação de capital de giro e a recuperação ou a reestruturação patrimonial das cooperativas de produção agropecuária, agroindustrial, aquícola e pesqueira.
- O limite de financiamento é de R\$ 25 mil por associado, e o limite por cooperativa, de R\$ 50 milhões. As taxas de juros anuais são de 6,75%, e o prazo de reembolso é de até seis anos.

Mais incentivo à produção sustentável

- Os produtores terão mais recursos para investir na reinserção de áreas no processo produtivo, na correção e conservação do solo, bem como na adoção de práticas sustentáveis no campo.
- Foram destinados R\$ 1,5 bilhão para essas finalidades pelo Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa): aumento de R\$ 500 milhões em relação à safra 2008/2009.

Reabertura do mercado russo para a carne suína

- Em jun/09, dois frigoríficos de suínos de Santa Catarina foram habilitados oficialmente a exportar para a Rússia. O estado estava impossibilitado de exportar àquele país desde 2005, em decorrência dos focos de febre aftosa no Brasil.
- A Rússia é o principal comprador de carne brasileira.

Agricultura foi o setor que mais contribuiu com saldo positivo de emprego em maio

- A Agricultura foi responsável pela geração de 52.927 postos formais de trabalho (+3,36%) em mai/09. O setor foi o que mais contribuiu para o resultado positivo na criação de vagas com carteira assinada no mês, segundo o Caged. Ver pág. 46.

O que é o Plano Agrícola e Pecuário – PAP

O PAP estabelece as diretrizes da política agrícola para a produção e a safra de cada ano. Para a safra 2009/2010, seus objetivos são: aumentar os recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sobretudo com taxas de juros controladas; melhorar a liquidez; reduzir os custos financeiros do produtor rural; ampliar a comercialização e a cobertura do seguro rural. **Mais informações:** www.agricultura.gov.br.

¹ Programa de Geração de Emprego e Renda.

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Combate à grilagem reduz desmatamento

Lei 11.952/09 que institui a regularização de posses e de propriedades na Amazônia Legal foi sancionada em 25jun/09. Ela favorece a redução do desmatamento pelo combate à grilagem e pela possibilidade de responsabilizar proprietários de terras por danos ambientais. A nova regulamentação teve início com o Mutirão Arco Verde em jun/09.

A Lei de Regularização Fundiária

- Serão concedidos títulos de domínio¹ por dez anos para cerca de 290 mil posseiros, que receberão gratuitamente a terra – no caso de áreas de até um módulo fiscal –, ou terão até 20 anos para pagá-la – caso a área seja de 1 a 15 módulos fiscais. Também serão regularizadas as terras de 432 municípios localizados em áreas federais.
- Os posseiros interessados em adquirir as terras precisam ter na propriedade sua principal fonte econômica e ter obtido sua posse de forma pacífica até dez/04.
- Após a transferência, o proprietário terá de recuperar áreas que tenham sido degradadas. Pelo Código Ambiental, pelo menos 80% de cada propriedade na Amazônia deve ser preservada.

Mutirão Arco Verde

- Iniciado em 19jun/09, com duração até out/09, o Mutirão marca a retomada da Operação Arco Verde, lançada em 2008 para promover ações emergenciais e estruturantes nos municípios amazônicos responsáveis pela maior parte da taxa do desmatamento.
- Nessa nova fase da operação, serão atendidos 43 municípios, e o foco da ação é a regularização fundiária, por meio do Programa Terra Legal², lançado durante o Mutirão.
- O Mutirão levará aos municípios ações de estímulo à produção sustentável, oferecendo diversos serviços públicos, cursos – incluindo capacitação de gestores ambientais –, realizando o cadastramento de imóveis para iniciar o processo de regularização das posses, envolvendo diversos órgãos públicos federais³, estaduais e municipais.
- Dentre os serviços oferecidos estão: emissão de documentação civil e carteira do idoso; acesso a benefícios previdenciários; ao crédito; à assistência técnica e à difusão tecnológica; alistamento militar; cadastramento de pescadores; abertura de contas bancárias e licenciamentos ambientais.
- Até 13jul/09 (quatro semanas de execução), o Mutirão percorreu doze municípios⁴, realizou 75 mil atendimentos e cadastrou mais de 1.878 posseiros. Acompanhe o andamento do mutirão no portal.mda.gov.br/arcoverde.

O que é o Plano Amazônia Sustentável (PAS)

O PAS tem como objetivo valorizar o patrimônio natural e aportar investimentos em tecnologia e infraestrutura para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável de recursos naturais e a preservação de biomas. O Plano está voltado à Amazônia Legal (AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO) e está estruturado em seis eixos: 1) Regularização fundiária; 2) Políticas públicas de combate ao desmatamento; 3) Reorganização da agricultura e pecuária de cerrado; 4) Alternativas econômicas para os pequenos agricultores e extrativistas na zona de transição entre floresta e cerrado; 5) Rede de polos industriais; 6) Logística e capacitação, ciência e educação.

Mais informações: www.sae.gov.br.

1. Título de propriedade de terra.

2. O Programa visa, em três anos, regularizar 296 mil imóveis de até 15 módulos fiscais da região. Pelo programa, os titulados com até quatro módulos fiscais terão, ainda, acesso prioritário ao licenciamento ambiental, à assistência técnica, à linha de crédito do Pronaf Sistêmico e aos programas de compra da produção.

3. Casa Civil, MDA, MMA, MAPA, MPS, MTE, MCidades, MD, MPA, SEDH, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, BNDES e SEBRAE.

4. Porto Velho e Nova Mamoré, Machadinho d'Oeste e Pimenta Bueno, em RO; Marabá, Tailândia, Paragominas e Ulianópolis, no PA; Feliz Natal, Nova Ubiratã, Alta Floresta e Peixoto de Azevedo, em MT.

BOLSA FAMÍLIA

Inclusão bancária dos beneficiários do Bolsa Família

Em mai/09, cerca de 1,7 milhão de famílias receberam os benefícios do Bolsa Família em suas contas bancárias. Com a inclusão bancária, as famílias pobres têm mais facilidade de acesso ao crédito e a outros serviços financeiros. As famílias participam, também, de projeto de educação financeira, que aborda planejamento financeiro familiar, produtos e serviços bancários, empreendedorismo e informações básicas sobre crédito, microfinanças e pequenos negócios.

Revisão cadastral dos beneficiários

- Até jun/09, foram revisados cerca de 953.000 cadastros pelas coordenações municipais do Programa. Até ago/09, cerca de 2,4 milhões de cadastros ainda deverão ser revisados.
- A meta é qualificar todos os cadastros que não sofreram nenhuma atualização nos últimos dois anos (3,4 milhões).

Cancelamento de benefícios

- Desde jan/09 foram cancelados 447.094 benefícios de famílias com renda per capita mensal superior aos critérios de elegibilidade do Bolsa Família. Atualmente, podem ser incluídas no Programa famílias com renda per capita mensal de até R\$ 137.
- Mais de dois milhões de famílias deixaram o Programa devido ao aumento da renda ou a processos de auditoria desde o início do Bolsa Família, em out/03.

Qualificação profissional

- Cerca de 100 mil pessoas estão inscritas em 256 municípios no Plano Setorial de Qualificação Profissional - PlanSeq Bolsa Família. Destas, aproximadamente 25 mil já estão em sala de aula.
- O PlanSeq tem por objetivo qualificar profissionalmente os beneficiários do programa e inseri-los em postos de trabalho nos setores da construção civil e do turismo.
- Estão em andamento ações de mobilização de cerca de 40 instituições executoras¹ dos cursos ministrados no âmbito do PlanSeq para disseminar as boas experiências de implementação, ampliar as inscrições e agilizar o processo de formação de turmas².

Acesso a Microcrédito

- A ampliação do acesso ao crédito pelos beneficiários do Bolsa Família com perfil de microempreendedores é uma das metas do Governo Federal.
- Em 2008, foi lançado edital de fomento à operação de 20 mil créditos no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado – PNMPO. Foram selecionadas 12 instituições de microcrédito que operam em cerca de 220 municípios.
- Parceria com o Banco do Nordeste – BNB amplia linhas de crédito para famílias do Bolsa Família, como o Agroamigo, voltada ao meio rural (agricultura familiar, pequenos empreendimentos rurais, artesanato) e o Crediamigo, voltada ao meio urbano. O Crediamigo atende a 200 mil beneficiários do Programa Bolsa Família.

O que é o Bolsa Família

Criado em out/03, o programa de transferência de renda atende a 11,4 milhões de famílias pobres. Os benefícios, com valor médio de R\$ 85 e máximo de R\$ 182 por família, são repassados diretamente às mulheres, por meio de cartão eletrônico pessoal. Seu recebimento é vinculado ao cumprimento de metas de frequência escolar dos filhos e cuidados de saúde. O programa promove a segurança alimentar e nutricional, a conquista da cidadania e o desenvolvimento das potencialidades da parcela mais vulnerável da população. **Mais informações: www.mds.gov.br/bolsafamilia.**

1. Envolve entidades do Sistema S e ONGs.

2. Realizadas pelo MDS, MTE e Casa Civil da Presidência da República.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Brasil sobe no ranking mundial de produção científica

A produção científica do Brasil, medida pelo número de artigos indexados na base de dados internacional Thomson Reuters – ISI¹, cresceu 56% em 2008, em relação a 2007. O País passou da 15ª para a 13ª colocação, ultrapassando países com longa tradição científica, como Rússia e Holanda. Em 2003, o Brasil produziu 12,7 mil artigos científicos e, em 2008, mais de 30 mil. Os mestres e doutores formados passaram de 37,3 mil, em 2003, para quase 60 mil, em 2008. Os bolsistas passaram de menos de 90 mil para 143 mil, no mesmo período. Em 2009, serão 170 mil.

Instituições de ensino superior recebem recursos para infraestrutura

- 119 instituições recebem recursos para recuperação de equipamentos e instalações de pesquisa. Foram contemplados 345 projetos por edital da Finep: 37% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Recursos totais de R\$ 360 milhões em 2009.

Mais R\$ 100 milhões para pesquisa

- Governo reforça as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento, por meio de Edital Universal. Em 2009 os recursos – do CNPq e da Finep – somam R\$ 100 milhões. Entre 2003 e 2008, R\$ 431 milhões financiaram 13.089 projetos.

Programa Nacional de Pós-Doutorado

- Programa financia pesquisas de jovens doutores. Cada projeto pode ter até três pesquisadores, com bolsa de R\$ 3,3 mil/mês por pesquisador, além de mais R\$ 12 mil por ano para custeio. Os recursos, do MCT e do MEC, somam R\$ 17,1 milhões, em articulação com a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP.

Finep repassa redução de juros da TJLP

- A redução da TJLP em 0,25 p.p., anunciada em jun/09, beneficia diretamente os novos contratos do Programa Inova Brasil, da Finep, cujos juros baixam de 6,25% para 6%, ao ano. Criado em 2008, o Inova Brasil financia projetos de empresas inovadoras que se enquadrem na PDP, com taxas fixas e equalizadas, agora entre 4% e 8% ao ano.

Recursos para empresas inovadoras

- O Programa Primeira Empresa Incubadora (Prime) financia empresas de base tecnológica com até dois anos de existência. Já foram selecionadas 1.878 empresas para receber, até out/09, recursos não reembolsáveis no valor de R\$120 mil cada. Total disponibilizado este ano: R\$ 230 milhões.

Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP tem recorde de inscritos

- Em sua 5ª edição, a OBMEP tem, em 2009, mais de 19 milhões de inscritos. As escolas passaram de 40 mil em 2008 para 43 mil – cobertura de 99% dos municípios. Cerca de 120 mil professores voluntários aplicarão as provas nas duas etapas (18ago e 24out/09).

O que é o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 – PACTI

O PACTI visa expandir, integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – em articulação com governos estaduais – para ampliar a base científica e tecnológica nacional; promover ambiente favorável à inovação nas empresas; fortalecer a PDP (ver pág. 18) e as atividades de pesquisa e inovação em áreas estratégicas. Busca, ainda, popularizar o ensino de ciências, universalizar o acesso a bens gerados pela ciência e difundir tecnologias que melhorem as condições de vida da população. **Mais informações: www.mct.gov.br.**

1. Thomson Reuters: a maior agência de notícias científicas do mundo, responsável pelo ISI Web of Knowledge – banco de dados de mais de 25 anos, com informações sobre produção científica em mais de 180 países. Mede a capacidade de publicação científica de cada país, bem como o impacto de citações dessas publicações.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes

O Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, lançado em 2007, tem como um dos focos a criação e fortalecimento dos conselhos dos direitos de crianças e adolescentes, fundos da infância e conselhos tutelares de todo o Brasil. As ações, detalhadas abaixo, são estruturadas em três eixos: criação de escolas de Conselhos, novo marco legal e equipagem dos conselhos tutelares.

Criação das escolas de Conselhos

- As escolas são centros de capacitação continuada de conselheiros tutelares e de direitos que visam oferecer a esses profissionais oportunidade de aprimoramento de conhecimento sobre suas atribuições e competências.
- Desde 2007, já foram implantadas 11 escolas, sendo sete (AL, BA, DF, MG, RJ, PE e GO) em estados prioritários da Agenda Social do PAC¹ e quatro (MT, MS, MA e TO) em outros estados.
- Nesses centros, foram capacitados 6.420 conselheiros dos direitos e 4.106 conselheiros tutelares de 2.234 municípios.
- A meta para 2009 é implantar mais oito escolas: quatro nos estados prioritários restantes e outras quatro nos estados do AC, AM, CE e PI. Em 2010, planeja-se a implantação em todo o País.

Novo marco legal

- Medidas legais para regulamentação da criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no País foram elaboradas e submetidas à consulta pública em 2008. Em jul/09, serão avaliadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e, depois, submetidas novamente a consulta pública.

Equipagem dos Conselhos Tutelares

- 531 Conselhos Tutelares e 21 Centros de Internação para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, em nove estados, foram atendidos com recursos para aquisição de equipamentos de informática e mobiliários.
- Firmados dois convênios para viabilizar a implantação do Sipi Web (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) em todos os Conselhos Tutelares: sistema nacional de registro e tratamento de informações sobre criança e adolescente, como denúncias de casos de exploração e abuso sexual, de uso exclusivo dos Conselhos.

O que é a Agenda Social Criança e Adolescente

A Agenda prevê ações estruturadas em três projetos: Bem-me-quer (enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes), Caminho para Casa (promoção do direito à convivência familiar e comunitária) e Na Medida Certa (implantação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase). O Sinase articula os três níveis de governo, levando em conta a relação e a corresponsabilidade da família, comunidade e Estado no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. **Mais informações:** www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf.

¹ São estados prioritários da Agenda Social: AL, BA, DF, ES, GO, MG, RJ, PA, PE, RS e SP.

CULTURA

Vale Cultura vai incentivar consumo de bens culturais

Benefício permitirá ao trabalhador comprar ingressos para cinema, shows, teatro e produtos como livros e CDs. Empresas que declaram imposto de renda com base no lucro real poderão aderir ao Vale Cultura e disponibilizar até R\$ 50 por funcionário ao mês, com direito a deduzir até 1% do imposto devido. Os trabalhadores que ganham até cinco salários mínimos arcarão com, no máximo, 10% desse valor, e os que recebem acima desse teto, de 20% a 90%. A ação tem potencial para injetar na economia cerca de R\$ 600 milhões por mês ou R\$ 7,2 bilhões por ano. Projeto de lei que institui o Vale Cultura será enviado em jul/09 ao Congresso Nacional.

Diversidade cultural em prol da inclusão social

- Pontos de Cultura - mapasdarede.ipso.org.br/mapa
 - Lançado, em jun/09, edital para implantação de mais 300 novos pontos de cultura no estado de São Paulo. Grupos artísticos selecionados receberão R\$ 180 mil, divididos em três parcelas ao longo de três anos, para apoiar e potencializar suas iniciativas culturais. Disponibilizados R\$ 54 milhões até 2012, sendo R\$ 36 milhões do Governo Federal e R\$ 18 milhões do governo paulista.
 - Desde 2004¹, foram implantados 73 pontos de cultura e 1,6 mil pontos de cultura.
- Microprojetos Mais Cultura
 - Lançados editais para apoio a atividades artísticas de jovens de 17 a 29 anos em 11 estados² do semiárido brasileiro, em jun/09. Até dez/09, serão selecionadas cerca de 1,2 mil iniciativas, com premiação de até 30 salários mínimos cada. Investimento total de R\$ 13,5 milhões.
- Campanha Cada Município, uma Biblioteca
 - Prorrogado, de julho para dez/09, o prazo para a implantação de bibliotecas em todos os municípios brasileiros³. Em 2009, já foram distribuídos 300 kits⁴ para implantação de bibliotecas municipais, com investimento de R\$ 37,2 milhões até o final do programa.

Estímulo à produção

- Produção audiovisual: premiados, em jun/09, oito vencedores da primeira etapa do Edital FICTV/ Mais Cultura⁵, com R\$ 250 mil cada. Os recursos visam custear a produção de pilotos de minissérie de TV a serem veiculados nas televisões públicas de todo o País, em dez/09.
- Lei Rouanet: após ampla consulta pública⁶, o projeto de lei que a altera e torna mais dinâmico o Fundo Nacional de Cultura será encaminhado até ago/09 ao Congresso Nacional⁷. Medidas preveem ajustes no mecanismo de renúncia fiscal, com aumento da participação privada dos investidores. Atualmente, mais de 50% dos recursos captados por meio de renúncia fiscal concentram-se em apenas 3% dos proponentes.

O que é o Mais Cultura

O Programa Mais Cultura tem como meta o apoio à cultura como inclusão social, vetor de desenvolvimento econômico e qualificação dos espaços urbanos. Atende, prioritariamente, áreas de grande vulnerabilidade social, com menores IDHs e IDEBs, mapeadas pelos Territórios da Cidadania e pelo Pronasci. **Mais informações: mais.cultura.gov.br.**

1. O Pontão de Cultura articula ações entre os pontos de cultura da região – exemplo: incentiva um Ponto de Cultura que faz trabalhos em vídeo a colaborar com outros que demandam essa atividade.

2. Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

3. Prazo de jul/09 divulgado na edição de mai-jun/09 foi revisto.

4. Dois mil livros, mobiliários, computador, televisão de 29 polegadas, aparelho de DVD e de som. Ainda faltam 361 municípios.

5. Marca de seriado para televisão a ser produzido a partir de edital de seleção; ação do Mais Cultura que integra o programa de conteúdos para a TV pública do MinC. Veja: fictv.cultura.gov.br.

6. Entre 23mar/09 e 23mai/09, pela internet e por meio de debates em 16 capitais (Porto Alegre, Brasília, Recife, Campo Grande, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Macapá, Manaus, Rio Branco, Maceió, Fortaleza, Florianópolis e Vitória).

7. Meta de jun/09 divulgada na edição de mai-jun/09 foi revista, devido às duas mil contribuições recebidas pelo MinC.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO – PDP

Novas medidas para estimular o investimento industrial e a exportação

Para enfrentar a crise financeira internacional, o Governo Federal anunciou, em jun/09, novas medidas de incentivo à economia, especialmente aos setores mais afetados. Entre elas, a redução das taxas de juros destinados à aquisição e produção de máquinas e equipamentos nas linhas Finem, Finame, Finame Agrícola e BNDES Automático.

Mais crédito com menor custo

- Redução dos custos dos empréstimos do BNDES: caiu de 8,75% a.a para 6% a.a, com a queda da TJLP de 6,25% a.a. para 6% a.a e do custo do empréstimo do Tesouro Nacional ao Banco, de 2,5% a.a para 0% a.a.
- Redução dos juros para aquisição e produção de máquinas e equipamentos: juros das linhas Finem, Finame, Finame Agrícola e BNDES Automático cairão de 10,25% a.a., em média, para 4,5% a.a., exceto para aquisição de ônibus e caminhões, que terá taxa fixa de 7% a.a..
- Isenção do IPI sobre bens de capital relevantes para investimento (por ex.: válvulas industriais).
- Prorrogação da desoneração do IPI sobre materiais de construção e caminhões até 31dez/09.
- Criação de dois fundos garantidores de crédito para pequenas e médias empresas (PMEs) e para compras de bens de capital: aporte de R\$ 4 bilhões e cobertura de 80% por operação.
- Criação de programa do BNDES para o refinanciamento de dívidas de empresas produtoras de bens de capital: prazo de 12 meses, sendo até seis de carência. A redução de taxas e o prazo para requisitar o refinanciamento valem até 31dez/09.
- Redução dos juros para exportação: juros dos financiamentos à exportação de bens de capital, no âmbito do BNDES-Exim Linha Pré-embarque, passarão dos atuais 12,05% a.a., em média, para 4,5% a.a. e do BNDES-Exim Linha Pós-embarque cairão da Libor¹ + 5% a.a. para Libor + 3% a.a..
- Instituição do Drawback² Integrado: possibilita ao exportador adquirir insumos no mercado interno para industrialização com suspensão de tributos, conjugada ou não a uma importação. Abrange, também, insumos utilizados no cultivo ou na elaboração de bens agropecuários para exportação. Permite, ainda, importar insumos e/ou adquirir insumos nacionais em um mesmo ato concessório.
- Apoio à inserção internacional das PMEs³: serão desenvolvidos 16 projetos com parceiros institucionais e outras 17 iniciativas serão apoiadas com subvenção econômica. Cada projeto receberá € 1,2 milhão (aproximadamente R\$ 3,3 milhões) para promover a efetiva inserção competitiva das PMEs.

Financiamentos do BNDES para investimento

- Desembolsos de todas as linhas do BNDES para investimento das empresas atingiram cifra recorde de R\$ 43 bilhões no primeiro semestre. No acumulado em 12 meses encerrado em jun/09, as concessões somaram R\$ 96,6 bilhões (+23% na comparação com o mesmo período anterior).

O que é a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)

Concebida como política estruturante, a PDP, anunciada em mai/08, tem como objetivos consolidar a competitividade da economia brasileira e orientar a política industrial. Seu foco é a criação de condições que contribuam para a sustentação do ciclo de crescimento de longo prazo e para a inserção internacional de nossos produtos. **Mais informações:** www.desenvolvimento.gov.br/pdp e www.abdi.com.br.

1 Libor – London Interbank Offered Rate. É uma taxa de juros de referência no mercado londrino.

2 Consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado.

3 Projeto da ABDI e do MDIC, com o apoio da União Europeia.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL

Mobilização nacional para Certidão de Nascimento e Documentação Civil Básica

Com o tema “Certidão de Nascimento. Um direito que dá direitos. Um dever de todo Brasil”, a campanha de 2009 ganhou o apoio do jogador Ronaldo Fenômeno, do Corinthians. A campanha vai focar, este ano, as regiões Nordeste e Amazônia Legal, onde há mais pessoas sem certidão de nascimento.

Estratégia da Campanha de Mobilização 2009

- A imagem de superação de dificuldades do jogador Ronaldo será vinculada ao objetivo de erradicar o problema da falta de certidão de nascimento de crianças e adultos.
- Ele aparecerá exibindo seu nome completo – Ronaldo Nazário – como forma de simbolizar a importância de ter um documento de identidade com nome e sobrenome.
- A campanha conta com peças de divulgação como cartilhas para orientar os mobilizadores na organização de ações para a emissão de certidão e documentação, bem como cartazes para apoiá-los em palestras e orientações, envelope para guardar a certidão, além de materiais para serem distribuídos à população, como *folders* e bandeirolas.
- A campanha também será veiculada em canais de rádio e televisão. Mais informações ou acesso às peças publicitárias: www.direitoshumanos.gov.br.
- A campanha conta com uma série de parceiros, incluindo órgãos federais e instituições não governamentais, entre elas Unicef, Pastoral da Criança, Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) e Associação de Pessoas Naturais do Brasil (Arpen – Brasil).
- Uma das metas do programa é reduzir o índice nacional de sub-registro de nascimento para 5% até o final de 2010. Esse índice diminuiu, em cinco anos, de 20,9% para 12,2% (2002 a 2007).

Mutirão Arco Verde

- A emissão de documentação civil é um dos serviços oferecidos no Mutirão Arco Verde, iniciado em jun/09.
- Já foram emitidas (até 9jul/09) 897 certidões de nascimento, 2.022 carteiras de identidade, 1.220 CPFs e 1.778 carteiras de trabalho.
- O Mutirão abrangerá 43 municípios nos estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Amazonas. O objetivo é garantir o desenvolvimento de um modelo de produção sustentável na região da Amazônia Legal. Ver pág. 13.

O que é a Agenda Social Documentação Civil Básica

Lançada em 2007, visa promover a cidadania ao garantir o acesso ao registro civil de nascimento e à documentação civil básica (RG, CPF e Carteira de Trabalho). Além de ser um direito do cidadão, esses documentos são necessários para a garantia de outros direitos, como a participação em programas sociais. Com orçamento de R\$ 101,6 mi até 2010, o foco do programa é erradicar o sub-registro de nascimento (crianças de até um ano sem registro) e expandir a rede de emissão de documentos. Tem como prioridades: Amazônia Legal, povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos), trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de recicláveis, pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos, municípios com índice de sub-registro acima de 25% sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes. **Mais informações:** www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/Id_rcn/.

EDUCAÇÃO – PDE

12 novas universidades federais e 104 novos campi/unidades já estão funcionando

Plano de expansão das instituições federais de ensino superior busca interiorizar a oferta de vagas e ampliar o acesso a esse nível de ensino. Até 2010, serão 16 novas universidades e 131 novos campi/unidades. Esforço conjunto do Reuni e da Universidade Aberta do Brasil aumentou o número de vagas oferecidas pela rede federal de 125 mil, em 2003, para 183 mil em 2008. Veja abaixo as metas e realizações do PDE para o ensino superior.

Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Superior

- Expansão da Rede: criação de 16 novas universidades e 131 novos campi/unidades até 2010. Já estão em funcionamento 12 universidades e 104 campi/unidades.
- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni): ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos das universidades federais. Metas globais: elevação da taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais de 76% para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de 17 (média de 2007) para 18, ao final de 5 anos, a contar do início do plano de cada universidade.
- Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes): criado em 2007, destina recursos à assistência de estudantes de graduação presencial das instituições federais. Ações contempladas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Em 2008, foram investidos R\$ 126 milhões e, em 2009, a previsão é de R\$ 200 milhões.
- Programa de Extensão Universitária (Proext): criado em 2003, apoia instituições públicas no desenvolvimento de projetos de extensão, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade. Em 2008, foram financiados 235 projetos, com investimentos de R\$ 12,6 milhões.

Melhoria do atendimento a estudantes em instituições privadas de educação superior

- Programa Universidade para Todos (Prouni): concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas. Meta: 720 mil bolsas concedidas até 2011. Realizado: 541.172 bolsas ocupadas até jun/09.
- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies): destinado a estudantes regulares matriculados em cursos superiores de graduação. Prioriza instituições e estudantes participantes do Prouni. Meta: 100 mil contratos/ano. Realizado: 315.184 contratos (2003 a 2008).

Aperfeiçoamento da avaliação, regulação e supervisão da educação superior

- Novo Enem: o Exame Nacional de Ensino Médio encontra-se em processo de alteração. A partir do 2º sem/09, será utilizado como processo seletivo para ingresso em Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): criado em 2004, avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes da educação superior. Já foram avaliadas 369 instituições.

O que é o PDE

Em seu segundo ano de vigência, o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem como objetivo promover a educação de qualidade, da creche à pós-graduação. Engloba 40 programas e já acumula resultados positivos em seus quatro eixos: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica e Alfabetização e Educação Continuada. Obs: a cada bimestre o Caderno Destaques detalha um aspecto do PDE. **Mais informações: www.mec.gov.br.**

EDUCAÇÃO – PDE

<i>Programas e Ações</i>	<i>Metas</i>	<i>Realizado (jun/09)</i>
Educação Básica		
UAB	850 polos (até 2011)	560 polos
Pibid	9.200 bolsas (até 2010)	2.321 bolsas
ProInfância	500 novas unidades escolares/ano	1.024 creches conveniadas para construção
Caminho da Escola (ônibus escolar)	15 mil veículos (até 2011)	2.487 veículos (740 com recursos do MEC, 597 dos municípios e 1.150 do BNDES)
Proinfo – laboratórios de informática	29 mil laboratórios em 2008 e 26 mil em 2009	26 mil laboratórios adquiridos em 2008
Proinfo – banda larga	22 mil conexões em 2008 e 22 mil em 2009	24.182 escolas conectadas acumuladas
Ideb	Médias 6,0 (até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª série) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (4,2; 3,8 e 3,5)
Fundeb	União participa com 10% do Fundo, de 2010 a 2020	Transferidos pela União R\$ 3,2 bilhões em 2008 (5% do Fundo) e R\$ 3,2 bilhões até jun/09 (8,5%)
Ensino Fundamental de 9 anos (público e privado)	Universalizar as matrículas (até 2010)	52% de matrículas nesse regime (2008)
PDE da Escola	29 mil escolas (2009)	7.875 escolas receberam recursos em 2008. Em 2009, 1.493 escolas possuem planos aprovados
Mais Educação	5 mil escolas (2008 e 2009)	1.380 escolas em 2008
Sala de recursos multifuncionais	15 mil salas (até 2009)	5.551 salas (2005 a 2008) 10 mil salas em licitação (2009)
Educação Superior		
Expansão da educação superior / Reuni	16 novas universidades federais e 131 novos campi/unidades (2010)	Universidades: 12 funcionando e PLs de criação de 4 em tramitação no Congresso. Campi/Unidades: 104 em funcionamento (71 em instalações definitivas e 33 em instalações provisórias) e 27 em ação preparatória
Prouni	720 mil bolsas (até 2011)	541.172 bolsas ocupadas desde 2005
Fies	100 mil contratos/ano	Contratos firmados (2003 a 2008): 315.184
Educação Profissional e Tecnológica		
Expansão do ensino técnico	214 novas escolas técnicas (até 2010)	69 funcionando; 113 em obras (das quais 12 funcionando em instalações provisórias) e 32 em ação preparatória
Alfabetização e educação continuada		
Brasil Alfabetizado	1,6 milhão de alunos/ano	2003-2007: 8.368.518 alunos 2008/09: 1.371.227 alunos em turmas ativas

ESPORTE

Governo vai priorizar investimentos em infraestrutura para Copa 2014

Após a definição das 12 cidades-sedes, apresentada pela Fifa, o Governo Federal dá início à preparação do mundial no Brasil. E já elabora o processo de planejamento, que vai integrar as iniciativas federais, estaduais e municipais e estabelecer uma matriz de responsabilidades de cada esfera governamental e do setor privado. Como prioridade, o Governo elegeu os investimentos em infraestrutura, que após a Copa ficarão como legado permanente, com impactos positivos na qualidade de vida da população: aeroportos, portos, transporte público e saneamento básico.

Cidades-sedes da Copa

- Em 31 mai/08 a Fifa anunciou as 12 cidades escolhidas como sedes da Copa do Mundo 2014. São elas: Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

Ações preparatórias para a Copa 2014

- Governo Federal constituiu um Grupo Executivo para a Copa 2014, que vai definir os investimentos em infraestrutura urbana e as alternativas de crédito para sua efetivação.
- Firmados compromissos com a Fifa por meio de garantias governamentais, que detalham as ações necessárias para realização da Copa. As principais garantias são:
 - Permissão de entrada e saída do País para membros da delegação da Fifa, entidades filiadas, jogadores, árbitros, jornalistas, empregados e funcionários das empresas participantes, fornecedores, turistas e torcedores estrangeiros portadores de ingressos para os jogos.
 - Isenção de impostos e outros encargos de importação e exportação para bens e mercadorias relacionados com as atividades das competições.
 - Isenção de taxas, impostos ou tributos a estrangeiros para o exercício das atividades relacionadas às competições.
 - Segurança: medidas necessárias para garantir a segurança dos membros da delegação da Fifa e entidades associadas, jogadores, árbitros, funcionários de empresas participantes, jornalistas e torcedores.
 - Direitos comerciais de exploração dos direitos autorais da Fifa e proteção para coibir o marketing camuflado.
 - Disponibilidade de amplo aparato e infraestrutura de telecomunicação apropriada.

Diretrizes da atuação governamental em apoio à Copa 2014

- Os investimentos deverão contribuir para resolver problemas estruturais das cidades e também facilitar a mobilidade entre aeroportos, rodoviárias, estádios e zonas hoteleiras.
- Os projetos de reforma e construção dos estádios serão acompanhados pelo Governo Federal, mas essas intervenções deverão ser feitas por meio da mobilização da iniciativa privada.

O que é a política de Esporte do Governo Federal

Cinco eixos organizam as políticas públicas do Brasil para o esporte: 1) ampliação de infraestrutura; 2) inclusão social; 3) modalidades de alto rendimento; 4) organização do futebol e 5) preparação para grandes eventos. O apoio à Copa do Mundo e à candidatura olímpica do Rio de Janeiro em 2016, a Lei de Incentivo ao Esporte (2006) e programas como Bolsa-Atleta e Segundo Tempo complementam a estratégia de estímulo à prática desportiva e de promoção do esporte em suas dimensões social, econômica e cultural. **Mais informações: www.esporte.gov.br.**

HABITAÇÃO

Minha Casa, Minha Vida financia mais de 18 mil moradias

Foram financiadas, até 10jul/09, 18.687 unidades habitacionais, sendo 15.250 junto a pessoas jurídicas e 3.437 junto a pessoas físicas, envolvendo R\$ 1,26 bilhão. Do total dos contratos, 20,3% são destinados a famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos (SM); 55,1% a famílias com renda entre 3 e 6 SM; e 24,6% a famílias com renda entre 6 e 10 SM. Foram recebidas 763 propostas de empreendimentos de construtoras com 145.680 unidades e investimento de R\$ 8,97 bilhões. Destas, 134 projetos foram contratados, com R\$ 1 bilhão. Até 10 jul/09, 25 estados, 776 municípios e o DF formalizaram adesão ao Programa.

Demanda habitacional gera mais oferta de crédito

- Em 2009 (jan-jun), foram concedidos 351.541 financiamentos habitacionais, no valor total de R\$ 17,5 bilhões – aumento de 191% em relação ao mesmo período de 2008. Do valor total, R\$ 9,2 bilhões são oriundos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, R\$ 7,7 bilhões do FGTS e R\$ 0,6 bilhão de outras fontes¹. Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 32 bilhões.
- As cadernetas de poupança, que são fonte para recursos do SBPE, tiveram captação líquida (depósitos menos resgates) de R\$ 2,1 bilhão em jun/09, revertendo o quadro negativo verificado na crise econômica mundial.

Mudanças no FGTS para implementar Minha Casa Minha Vida

- Diretrizes do Fundo foram compatibilizadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida pelo Conselho Curador do FGTS com o objetivo de garantir: aplicação cumulativa de subsídios com descontos do Fundo para a habitação de baixa renda e adoção de tratamento isonômico no atendimento às famílias de baixa renda a serem beneficiadas pelo Programa.

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

- O FNHIS integra o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.
- Em 2009, o FNHIS beneficiará aproximadamente 90.000 famílias com R\$ 1,5 bilhão.

Déficit Habitacional no Brasil cai 21%

- Estudo indica que o déficit habitacional brasileiro em 2007 é de 6,2 milhões de moradias: 21% menor do que o déficit apurado em 2006 (7,9 milhões de novos domicílios).
- Os dados foram divulgados pelo estudo “Déficit Habitacional no Brasil – 2007” com base em dados do IBGE. Conta com parceria do Ministério das Cidades e da Fundação João Pinheiro².

O que é o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

O SNHIS tem por objetivo integrar as políticas habitacionais voltadas à população de baixa renda nos três níveis de governo e garantir o controle social sobre a aplicação dos recursos. Estados e municípios podem acessar os recursos do FNHIS para ações de regularização fundiária urbanística, construção de habitações e planejamento habitacional do Ministério das Cidades.

Mais informações: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao.

1. Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

2. Ver estudo em: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes-e-artigos/Deficit%20-%202006%2006-05-2008.pdf/view?searchterm=Deficit%20habitacional.

JUVENTUDE – PROJOVEM

Começam as aulas das primeiras turmas do ProJovem Trabalhador de 2009

Modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, voltada para inserção no mercado de trabalho, tem suas aulas iniciadas a partir de jun/09. A expectativa de atendimento neste ano é de 188.000 jovens.

ProJovem Trabalhador

- O ProJovem Trabalhador inicia, de junho a agosto, aulas em mais de 50 cidades e 20 estados¹. Alunos recebem bolsa de R\$ 100/mês.
- O curso prepara o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. O programa, com duração de 600 horas, oferece qualificação profissional, desenvolvimento humano e reforço escolar.

ProJovem Adolescente

- Contribui para o retorno à escola dos jovens de 15 a 17 anos que abandonaram os estudos e são oriundos de famílias beneficiárias do Bolsa Família, de programas de erradicação do trabalho infantil (Peti), de combate a abuso e exploração sexual, egressos ou em cumprimento de medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente. Oferece atividades socioeducativas durante 24 meses e adicional de até dois benefícios de R\$ 30 por família (conforme regras do Bolsa Família).
- Em 2009, foram disponibilizadas 600 mil vagas para os municípios. Destas, 397 mil já estão preenchidas, de acordo com a tabela abaixo. Serão investidos R\$ 312 milhões em 2009.
- Até o final do ano, serão preenchidas as 202 mil vagas restantes².

ProJovem Adolescente – Jovens atendidos por estado (jul/09)

UF	Nº de turmas	Nº de jovens	UF	Nº de turmas	Nº de jovens
AC	51	1.275	PB	955	23.875
AL	479	11.975	PE	1.316	32.900
AM	280	7.000	PI	639	15.975
AP	33	825	PR	399	9.975
BA	1.909	47.725	RJ	1.492	37.300
CE	1.654	41.350	RN	706	17.650
DF	150	3.750	RO	74	1.850
ES	104	2.600	RR	34	850
GO	322	8.050	RS	181	4.525
MA	1.596	39.900	SC	48	1.200
MG	1.168	29.200	SE	243	6.075
MS	199	4.975	SP	589	14.725
MT	191	4.775	TO	97	2.425
PA	971	24.275	Total:	15.880	397.000

ProJovem Urbano Prisional

- O ProJovem Urbano Prisional – componente do ProJovem Urbano – oferece cursos profissionalizantes e socioeducativos para jovens presos.
- Previstas 560 vagas para o 2ºSem/09, distribuídas no AC, PA e RJ. Aulas inaugurais marcadas para 3ago/09.

O que é o ProJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens visa elevar a escolaridade, a qualificação profissional e o desenvolvimento humano (cultura, esporte, lazer, inclusão digital e ação comunitária), com a geração de oportunidades e garantia de direitos. Possui quatro modalidades: Urbano, Adolescente, Trabalhador e Campo. **Mais informações: www.juventude.gov.br.**

1 AL, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, SC, SP e TO.

2. 162 mil novas vagas e outras 40 mil vagas de 2008 redistribuídas.

MAIS ALIMENTOS

Programa financiou a comercialização de mais de 11 mil tratores

Entre jul/08-mai/09, o Mais Alimentos financiou a comercialização de 11.192 tratores de até 78 CV: 9.378 unidades já foram entregues. O volume supera as vendas realizadas durante 15 anos por meio do Pronaf. De todos os tratores produzidos no Brasil, entre jan-mai/09, 61% foram comercializados por meio do Mais Alimentos – ou seja, três de cada cinco tratores vendidos. A linha de crédito foi criada para modernizar a infraestrutura das unidades familiares e aumentar a produção de alimentos.

Empregos na cidade e investimento no campo

- O programa contribuiu para a manutenção dos empregos na indústria de tratores. Atualmente, cerca de 2,3 mil postos de trabalho estão associados à linha de produtos do Programa (tratores de até 78 CV), o que corresponde a 41% dos empregos do setor.
- A nacionalização de componentes utilizados pelas montadoras de tratores é estimulada, com a exigência à empresa de um plano que prevê etapas para ampliação gradativa de nacionalização dos itens e partes dos equipamentos, medidos em peso e/ou valor de seus componentes.
- As linhas de investimento do Pronaf alcançaram R\$ 4 bilhões na safra 2008/09 – maior volume da história do programa. Recursos viabilizam o melhoramento genético por meio da aquisição de matrizes, correção de solo, construção de agroindústrias e aquisição de máquinas e equipamentos.

Assistência técnica é ampliada

- Hoje, mais de 23 mil técnicos de 459 instituições credenciadas¹ garantem assistência a 1,2 milhão de agricultores familiares. Estão previstas 1.628 atividades² de assistência técnica e extensão rural – ATER, entre ago/09 e dez/10.
- Como consequência das ações de ATER, houve incremento de produção e produtividade na safra 2008/09 encerrada em jun/09. Nas propriedades da agricultura familiar com assistência técnica foi registrado aumento de 18,2% na produtividade do leite, 13,4% na da mandioca, 9,3% no milho, 8,9% na do feijão, 7,6% na do café, 6,3% na do arroz e 5,4% na produtividade do trigo.

Compra garantida

- O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA beneficiou 141.446 agricultores familiares na safra 2008/09. Mais de R\$ 500 milhões foram executados nas modalidades do programa.

O que é o Mais Alimentos

O Programa Mais Alimentos, lançado em 3jul/08, é uma linha de crédito para investimentos de longo prazo de apoio à agricultura familiar que, além da compra de máquinas e equipamentos, financia ações como correção de solo, irrigação, plasticultura, armazenagem, melhoria genética, formação de pomares e de sistemas agroflorestais. O limite de crédito por agricultor é de R\$ 100 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. Os financiamentos contemplam projetos associados à produção de arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, café, castanha, hortigranjeiros, leite, caprinos, ovinos, suínos, aves e gado para abate. **Mais informações: www.mda.gov.br**

1 Instituições federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais, cooperativas e entidades com fins lucrativos.

2 Atividades educativas e participativas para fortalecimento da produção rural. Há modalidades de ATER específicas para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros.

MEIO AMBIENTE

Brasil já tem 304 Unidades de Conservação

Com a criação de quatro novas Unidades de Conservação (UCs), o Brasil passa a contar com 304 Unidades. Foram criadas três reservas extrativistas (Resex), na BA, CE e PA, e um Monumento Natural, entre municípios da BA, SE e AL. O Monumento Natural, primeiro do gênero, é uma UC de preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza, podendo ser constituído por áreas privadas. As UCs garantem a preservação e o uso sustentável de recursos naturais.

Novas Unidades de Conservação

- Resex de Cassurubá (BA)¹: destinada à conservação do ecossistema de mangue, beneficia cerca de 300 famílias extrativistas tradicionais em cerca de 100,6 mil hectares.
- Resex Prainha do Canto Verde (CE)²: voltada à conservação dos recursos naturais renováveis e à preservação da cultura tradicional, resgatando a cidadania das populações extrativistas. Beneficia cerca de 200 famílias em uma área de 30 mil hectares.
- Resex Renascer (PA): área de produção extrativista diversificada, como castanha, açaí, bacaba e cupuaçu. Beneficia cerca de 600 famílias em área de 211.741 hectares.
- Monumento Natural do Rio São Francisco (BA, SE e AL): proteção e preservação de paredões de biodiversidade da caatinga, com 30,5 mil hectares.

Desmatamento cai em maio

- O desmatamento na Amazônia caiu 89% em mai/09, em comparação com o mesmo mês de 2008, segundo dados do Inpe³. O total da área desmatada foi de 123 km².

Mutirão Arco Verde estimula modelos de desenvolvimento sustentável (ver pág. 13)

- Produtores da Amazônia recebem orientação para utilização organizada da floresta e produção de madeira legal, no Mutirão Arco Verde.
- A ação faz parte do Programa de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 5jun/09, que envolve capacitação, apoio técnico e recursos financeiros a ribeirinhos, indígenas, quilombolas, assentados e agricultores familiares para trabalhar a floresta de forma sustentável.

Pagamento por serviços ambientais

- Encaminhado ao Congresso (5jun/09) Projeto de Lei 5.487/09 que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.
- Serão pagas iniciativas de conservação e recuperação de florestas degradadas em áreas do imóvel rural ou em área de domínio público e uso coletivo e de recuperação de áreas de uso agrícola degradadas.
- O valor do serviço a ser pago será definido para cada projeto e estabelecido pelo Ministério da Fazenda. O solicitante deverá comprovar inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural.

Campanha contra o uso de sacolas plásticas

- Campanha nacional lançada em 23jun/09, com o slogan "Saco é um saco. Para nós, para a cidade, para o planeta e para o futuro".
- A iniciativa visa estimular o uso de alternativas para o transporte das compras e o acondicionamento de lixo, como as sacolas de pano reutilizáveis.
- Anualmente, o Brasil consome 12 bilhões de sacolas plásticas, e cada brasileiro utiliza aproximadamente 66 sacos por mês.⁴

Mais informações: www.mma.gov.br.

1. Municípios de Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa.

2. Município de Beberibe.

3. Utilizando o sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), cuja visualização pode ter interferência da cobertura de nuvens que, neste ano, foi de 62%, em contraponto aos 46% do mesmo período no ano passado.

4. Dados da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

MULHERES

Ouvidoria – seis anos contribuindo para a equidade de gêneros

Em jun/09, a Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) comemorou seis anos de existência. Nesse período, recebeu cerca de duas mil demandas. Entre jan-mai/09, registrou 195 casos, média de 39 por mês. A busca por informações sobre a Lei Maria da Penha responde por 33% do total, seguida pelas políticas públicas da SPM (29%) e denúncias (22%) – dessas, 35% estão relacionadas à violência doméstica e relatos de discriminação (16%).

Direitos para mães presidiárias

- Sancionada em mai/09, a Lei 11.942 assegura às mães presas e aos seus recém-nascidos condições mínimas de assistência. O texto garante acompanhamento médico no pré-natal e no pós-parto, berçário e creche para filhos de até sete anos¹.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

- Registrados 139 mil atendimentos de jan-mai/09 – aumento de 30,4% em relação ao mesmo período de 2008. Maioria busca informações sobre a Lei Maria da Penha (79,9 mil atendimentos) e registra relatos de violência (14,8 mil atendimentos).
- O perfil das mulheres que utilizam o serviço é composto, predominantemente, por negras, de 20 a 40 anos, casadas, que cursaram parte ou todo o ensino fundamental.

Lei Maria da Penha

- Criados, até mar/09, juizados para tratar casos de violência doméstica em todos os estados e no DF.
- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) prevê investimentos de R\$ 42,5 milhões entre 2008 e 2011 para ações de efetivação da Lei Maria da Penha.
- Efetividade da Lei²: de jul-nov/08, aplicadas 19.400 medidas de proteção³; 75.829 processos sentenciados; e 150.532 processos em tramitação.

Impactos da crise econômica na vida das mulheres

- Divulgado, em 2jul/09, estudo “A crise econômica internacional e os (possíveis) impactos sobre a vida das mulheres”⁴, que identifica os impactos da crise sobre homens e mulheres no Brasil, a partir da análise de mercado de trabalho entre set/08 e abr/09.
- Conclusões apontam para uma interrupção da feminização do mercado de trabalho, com redução nos postos ocupados (-3,1%) em relação aos homens (-1,6%) e perdas na indústria (-8,38%). Houve substituição da mão-de-obra masculina por feminina na construção civil, e mulheres mais empregadas no comércio (88,8%) e nos serviços (78,3%). No restante da economia, foram os homens que perderam mais postos de trabalho formais (580.639, frente a 5.273 mulheres).

O que é a Agenda Social Trabalhadoras Rurais

Lançado em mar/08, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais visa fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras do campo, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. A partir de ago/09, será implantado prioritariamente nos Territórios da Cidadania, com o objetivo de superar a pobreza e as desigualdades sociais por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. De 2003 a 2007, o Programa Nacional de Documentação de Trabalhadoras Rurais, que fornece gratuitamente documentação civil básica, realizou 837 mutirões itinerantes em 1.050 municípios predominantemente rurais. Nesse período, foram emitidos mais de 546 mil documentos. **Mais informações: www.spmulheres.gov.br.**

1. Segundo dados do Departamento Penitenciário (Depen), a população feminina em situação de prisão no Brasil é formada por 27,7 mil mulheres, ou 6,3% da população carcerária.

2. Dados apresentados durante a III Jornada da Lei Maria da Penha, em mar/09.

3. Exemplos: afastamento do lar, restrição de visitas e determinação de pagamento de pensão.

4. Parceria entre SPM, Ipea, IBGE e OIT, no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

PAC – CRESCIMENTO ACELERADO

Obras de prevenção a enchentes beneficiam 107 municípios

O PAC Drenagem, lançado em jun/09, prevê obras e instalações para remover o excesso de água das superfícies e do subsolo e prevenir deslizamentos. Serão aplicados R\$ 4,8 bilhões. Principais regiões: Litoral catarinense e Vale do Itajaí (SC), regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Vitória e municípios do MA, PI e CE.

Investimentos são ampliados com PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

- Os investimentos do Governo Federal passaram de 0,64% (média 2004-06) para 1% do PIB em 2008.
- Ao todo, R\$ 1,14 trilhão serão investidos em 2.446 ações: R\$ 646 bilhões até 2010 e R\$ 502,2 bilhões após 2010, em três eixos de atuação: logística, energia e social e urbano.

Obras do PAC avançam no País

- Com 335 empreendimentos concluídos, o percentual de ações finalizadas passou de 11% do total, em dez/08, para 14%, em abr/09.
- Foram 133 ações no eixo de logística (rodovias, ferrovias, embarcações, aeroportos, hidrovias e portos), 186 no eixo de energia (geração de energia elétrica, linhas de transmissão, gasodutos, refinarias e usinas de combustíveis renováveis) e 16 no eixo social e urbano (Luz para Todos).
- Das demais ações, 77% encontram-se em ritmo adequado de andamento, 7% merecem atenção e 2% têm situação preocupante.

Infraestrutura Logística

- Principais ações: construção, adequação e duplicação de 16 mil km de rodovias; construção de 6.369 km de ferrovias, incluindo o trecho Sul da Ferrovia Norte-Sul, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (BA) e o Trem de Alta Velocidade (RJ-SP-Campinas); ampliação e melhoria de 18 portos e 27 aeroportos.
- Foram concluídos, até mai/09, 4,4 mil km de rodovias, 356 km de ferrovias, 91 embarcações, cinco aeroportos, três hidrovias e um terminal portuário.

Infraestrutura Energética

- Principais ações: geração de mais de 12.217 MW de energia elétrica; construção de 25.008 km de linhas de transmissão; instalação da Refinaria Abreu e Lima/PE e das refinarias premium¹ do MA e do CE; construção de 4.074 km de gasodutos; instalação de 43 novas usinas de biodiesel, 78 usinas de etanol e 117 embarcações de apoio à plataforma.
- Foram concluídos, até mai/09: 3,8 mil MW novos de energia elétrica; 5,2 mil km de linhas de transmissão; 1,4 mil km de gasodutos; modernização de cinco refinarias e 56 usinas de combustíveis renováveis e 23 embarcações de apoio à plataforma.

Infraestrutura social e urbana

- Principais ações: Luz para Todos, metrô, integração e revitalização do Rio São Francisco e obras de habitação e urbanização de favelas e saneamento.
- Principais resultados: mais de dois milhões de ligações de energia elétrica realizadas pelo Luz Para Todos – meta inicial alcançada; nova estação no metrô de Recife/PE; trecho 3 do corredor expresso Tiradentes de São Paulo/SP; sistema de abastecimento de água em Palmeira dos Índios/AL.

1 Processa petróleo pesado, tendo como foco produtos de alta qualidade e baixíssimo teor de enxofre, com especificações internacionais.

PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

Ações do PAC nos Morros do Alemão e Manguinhos, no RJ

- Urbanização, moradia digna, obras de transporte, lazer e geração de renda resgatam cidadania de moradores e contribuem para redução da criminalidade.
 - Complexo do Alemão:
 - » Previstos: conjuntos habitacionais; implantação de teleférico para acesso à localidade, biblioteca pública, escolas de ensino médio (inclusive técnico profissionalizante), escola de música, creches, centros de saúde, de geração de renda, de apoio psiquiátrico, de referência de juventude, de atendimento jurídico, de serviços, recuperação ambiental e regularização fundiária.
 - » Concluídos e entregues em mai/09: 56 unidades habitacionais; centro de geração de renda, que implantará programa de intermediação de mão-de-obra; e área de lazer com quadra poliesportiva, campo de futebol society e praças com brinquedos para crianças.
 - » Investimentos totalizam R\$ 622,9 milhões até 2010, sendo R\$ 451,2 milhões do Governo Federal, R\$ 145 milhões do governo estadual e R\$ 26,7 milhões do município.
 - Complexo de Manguinhos:
 - » Previstos: construção de moradias, ruas, viadutos e acessos, iluminação pública, paisagismo, áreas de esporte e lazer, centro de saúde, postos de serviços com policiamento, área de comércio popular, escolas de ensino médio e profissionalizante, creches, centros comunitários e de juventude e regularização fundiária.
 - » Concluídos e entregues, em mai/09: Centro Integrado de Atenção à Saúde: com atendimento de emergência, ambulatório com dez consultórios e 29 leitos, farmácia, laboratório para exames e parque aquático com duas piscinas (semiolímpica e infantil), ginásio poliesportivo e urbanização do entorno dos equipamentos.
 - » Investimentos totais de R\$ 368 milhões até 2010, sendo R\$ 246,2 milhões do Governo Federal, R\$ 98,5 milhões do governo estadual e R\$ 23,3 milhões do município.

O que é Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

O PAC é um novo modelo de planejamento, gestão e realização do investimento público. Articula projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. Modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população são alguns dos objetivos do PAC. É, também, um instrumento de inclusão social e de redução das desigualdades regionais. Suas ações e obras geram empregos que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias. **Mais informações www.brasil.gov.br/pac.**

PESCA E AQUICULTURA

Nova lei da Pesca e Aquicultura consolida a política do setor pesqueiro

Com a Lei nº 11.959, pescadores e aquicultores passam a ser considerados como produtores rurais, tendo acesso ao crédito, e a mulher trabalhadora tem reconhecidos seus direitos. As empresas de beneficiamento, transformação e industrialização de pescado terão acesso a linhas de crédito, caso adquiram a matéria-prima diretamente dos pescadores ou de suas cooperativas. As normas de cessão de áreas da União para o cultivo de pescado são unificadas, o que dará agilidade ao processo, sem prejuízo das análises ambientais. A lei, que tramitava no Congresso há 14 anos, foi sancionada em 26jun/09.

Pescadores e aquicultores contemplados pelo Pronaf Mais Alimentos

- As linhas de crédito do Pronaf Mais Alimentos passaram a contemplar os pescadores e aquicultores a partir de 18jun/09. Os financiamentos terão limite de R\$ 100 mil, prazo de pagamento de até dez anos, três de carência e taxas de juros de 2% ao ano.

Licenciamento ambiental para aquicultura

- Aprovada resolução que desburocratiza a liberação de licenciamento ambiental para aquicultura no Conama. A resolução define o formato de licenciamento para pequenos, médios e grandes empreendimentos e proporciona maior segurança ao empreendimento aquícola.

Parques Aquícolas

- Lançados dois editais, em 4jun09, para seleção de pescadores e aquicultores que irão atuar nos Parques Aquícolas de Furnas e Três Marias, em Minas Gerais. As áreas serão conferidas, prioritariamente, a integrantes de populações tradicionais, atendidas por programas de inclusão social. A capacidade de produção estimada para os dois parques é de 135 mil toneladas/ano.
- Os parques aquícolas são como fazendas sobre as águas, divididos em lotes e destinadas ao cultivo de pescado. Seu objetivo é desenvolver projetos de aquicultura intensiva (tanques-redes) para organizar o setor e aumentar a produção para o mercado interno e externo.
- Em todas as regiões brasileiras serão delimitadas áreas propícias para o desenvolvimento ordenado de projetos de aquicultura. Isso resultará na democratização do uso das águas pertencentes à União e na geração de empregos, renda e inclusão social.

Recursos para atingidos pelas enchentes no Nordeste

- Os pescadores e aquicultores nordestinos que foram atingidos pelas enchentes na região terão à disposição R\$ 100 milhões para investimentos e custeio. Os pagamentos das dívidas poderão ser prorrogados por um ano e refinanciados ao final do empréstimo.

Governo e sociedade

- A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura consolida as ações do Governo voltadas para melhoria da renda, estruturação da cadeia produtiva, ordenamento da captura e estímulo à aquicultura. A lei de criação foi sancionada em 26jun/09.
- Conferências Estaduais de Aquicultura e Pesca foram realizadas em jun-jul/09, em todos os estados. Elas são preparatórias para a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, que ocorrerá em Brasília, em set/09, com o tema "Consolidação de uma política de Estado para Aquicultura e Pesca".

O que é o Plano Mais Pesca e Aquicultura

Plano fomenta a produção de pescado no País e estabelece metas a serem cumpridas até 2011, como a de ampliar o consumo de pescado de 7 kg/ano para 9 kg/ano. Ações incluem estímulo à criação em cativeiro, à pesca oceânica, ao consumo e à melhoria das condições sociais e de trabalho de pescadores artesanais. **Mais informações: www.presidencia.gov.br/seap.**

PESQUISA AGROPECUÁRIA

Tecnologia para produzir alimentos com a preservação das florestas

Embrapa disponibiliza tecnologias aos produtores da região Amazônica para viabilizar a produção de alimentos com a preservação das florestas, apoiando a geração de renda e a sustentabilidade. Alimentos, fibras e energia são produzidos com técnicas aplicadas em áreas degradadas, com responsabilidade socioambiental. Veja abaixo alguma dessas tecnologias.

Integração lavoura-pecuária-floresta recupera pastagens degradadas

- Pequenos, médios e grandes produtores da região Norte conhecem e validam de forma participativa os sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta. 12 unidades de referência¹ estão instaladas no AC, AM, AP, RO, RR e PA.
- Os sistemas de integração – que produzem alimentos, fibras e energia em áreas degradadas que podem ser legalmente utilizadas – diminuem a pressão sobre a floresta e têm sido adotados como parte de programas estaduais de fomento à recuperação e reincorporação de áreas degradadas ao sistema produtivo nessa região. Cerca de 12 milhões de hectares na região Amazônica são passíveis de serem incorporados nesses sistemas.

Sistema diminui as queimadas e intensifica o uso de áreas degradadas

- Técnica de plantio direto² no cultivo da mandioca, feijão caupi³, milho e arroz é transferida a pequenos produtores da mesorregião Nordeste Paraense, com 49 municípios.
- Denominada de Sistema Bragantino, a técnica proporciona intensificação de uso de áreas degradadas, com redução de impactos ambientais, por viabilizar o uso permanente das áreas de cultivo, evitando a queimada de mata para abertura de novas áreas agrícolas.

Boas práticas agrícolas e variedades mais produtivas nos municípios do Amazonas

- Transferência de tecnologia para milho, mandioca, feijão e cupuaçu beneficia municípios amazonenses de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Tabatinga, Iranduba, Tefé, Alvarães, Rio Preto da Eva e Lábrea.
- Em Lábrea⁴, foram apresentadas novas variedades de feijão caupi que, com boas práticas de manejo, podem alcançar produtividade acima de 1.000 kg/ha. Média atual na região é de 300 a 350 kg/ha em terra firme e de 800 kg/ha na várzea.

Formação de multiplicadores com responsabilidade socioambiental na Amazônia

- Núcleo de Responsabilidade Socioambiental – Nures, em Belém (PA), forma multiplicadores em coleta seletiva, reciclagem de resíduos, produção de hortaliças e plantas medicinais e a produção de compostagem, entre outros temas. Já foram capacitadas cerca de 400 famílias⁵.

O que é o PAC Embrapa

O Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – que tem o objetivo de reestruturar a pesquisa agropecuária brasileira – contempla dez projetos (com 141 metas) e conta com R\$ 914 milhões. Entre as metas, 42 são de transferência de tecnologia para o setor produtivo, voltadas para o pequeno produtor, para a agricultura familiar e a tradicional. **Mais informações: www.embrapa.br.**

1. Unidade de referência: área onde o produtor pode conhecer o sistema de integração.

2. Plantio direto: é um sistema onde a palha e os restos vegetais são deixados na superfície do solo. Esse sistema respeita três requisitos mínimos: não revolvimento do solo, rotação de culturas e uso de culturas de cobertura para formação de palhada, associada ao manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas.

3. Feijão caupi: típico das regiões Norte e Nordeste, é conhecido por feijão-macassar, feijão de praia ou feijão-de-corda.

4. Lábrea é o maior produtor de feijão caupi no Amazonas, com aproximadamente 1.200 produtores que cultivam 640 hectares da cultura com produção de 576 toneladas na safra 2007/2008.

5. Capacitações são feitas em parcerias, entre elas com o Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida – Coep.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pacto entre estados, municípios e União promove inclusão da pessoa com deficiência

Lançado em 2007, o Compromisso Nacional pela Inclusão da Pessoa com Deficiência já recebeu a adesão de 23 estados. O objetivo do compromisso é conjugar esforços da União, estados, Distrito Federal e municípios para promover ações como melhorias da acessibilidade urbana, inserção no mercado de trabalho, acesso à educação, entre outros.

Inclusão no mercado de trabalho

- Cerca de 56 mil pessoas com deficiência foram incluídas no mercado de trabalho (2007 a mai/09) por meio de fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para garantir o cumprimento da Lei 8.213/91.
- Dessas, 3,6 mil foram na região Norte, 11,2 mil no Nordeste, 3,5 mil no Centro-Oeste, 31,8 mil no Sudeste e 6,3 mil no Sul.
- A Lei 8.213/91 determina a contratação mínima de trabalhadores reabilitados¹ ou pessoas com deficiência por empresas que tenham a partir de 100 empregados. Empresas com até 200 empregados deverão reservar 2% de seu quadro; de 201 a 500 trabalhadores, 3%; de 501 a 1.000 funcionários, 4%; e de 1.001 em diante, 5%.

Recursos tecnológicos para pessoas com deficiência visual

- Uma nova tecnologia, a *Mecdaisy*, lançada pelo Ministério da Educação (MEC), permite a transformação de qualquer formato de texto disponível no computador em texto digital falado.
- A ferramenta, disponível gratuitamente no portal do MEC, possibilita a leitura digital de livros e demais publicações por pessoas com deficiência visual. Ela traz sintetizador de voz (narração) e instruções de uso em português brasileiro.
- Desenvolvida em parceria com o Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foram investidos R\$ 680 mil na sua criação.

Campanha Nacional da Acessibilidade

- Campanha recebeu novas adesões, em jul/09, durante a comemoração de um ano de ratificação pelo Brasil do Protocolo da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Aderiram à campanha: o Instituto Interamericano sobre Deficiência e Desenvolvimento Inclusivo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, com suas 35 filiadas.
- Lançada em 2005, a Campanha busca sensibilizar a população para o combate às barreiras que impedem pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida de participarem efetivamente da vida em sociedade. Já aderiram clubes de futebol, personalidades do esporte e das artes, movimentos sociais, entidades de defesa de direitos e órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O que é a Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência

Lançada em 26set/07, busca garantir às pessoas com deficiência o pleno acesso aos bens e serviços públicos, eliminando todas as formas de discriminação e promovendo a equiparação de oportunidades. A Agenda contempla ações integradas nas áreas de educação, trabalho, saúde, assistência social, transporte, infraestrutura e intervenções urbanas. Serão beneficiados os cerca de 25 milhões de brasileiros e brasileiras com algum tipo de deficiência. **Mais informações: www.direitoshumanos.gov.br.**

1. Pessoas que por algum motivo ficaram incapacitadas parcial ou totalmente para o trabalho, habilitadas em uma nova função/atividade, sendo consideradas aptas para reingressarem no mercado de trabalho.

POVOS INDÍGENAS

Território da Cidadania Indígena é implementado na Raposa Serra do Sol¹

Comunidades indígenas recebem apoio do programa para atividades produtivas, de cidadania, desenvolvimento social, qualificação profissional e infraestrutura. As atividades puderam ser iniciadas após a garantia da demarcação contínua das terras e a conclusão, em jun/09, da saída de fazendeiros e rizicultores da região. Serão investidos, ao longo de 2009, R\$ 24,1 milhões.

Território da Cidadania Indígena do Alto Rio Negro (AM)

- Políticas públicas definidas no Plano de Gestão da Administração Executiva Regional da Funai de São Gabriel da Cachoeira (AM)² foram adequadas às especificidades das demandas das comunidades do Território, por meio de oficina realizada em abr/09.
- O Plano engloba programas voltados ao transporte, ao escoamento da produção, ao acesso a serviços e à estruturação da cadeia do turismo.

Proteção dos povos indígenas

- Estudos para o zoneamento ambiental³ da terra indígena da etnia Guarani Kaiowá, na região de Dourados, no Mato Grosso do Sul, foram iniciados em jul/09. A primeira etapa prevê visitas às aldeias, incluindo acampamentos em estradas, para mapear e localizar propriedades, verificando locais de vestígios e histórias de ocupação tradicional⁴.

Indígenas de recente contato são protegidos sem interferência na sua cultura

- Etnia Zo'é: há 13 anos, a Frente de Proteção Cuminapanema da Funai trabalha em 11 aldeias, com 245 indígenas, aprendendo a língua nativa e buscando valorizar a estrutura socioeconômica autônoma, com preservação da cultura. Situados no noroeste do Pará, apresentam índice de mortalidade infantil zero.
- Etnias Marubo, Matis e Kanamary: lideranças indígenas e representantes da Funai estabeleceram pacto de compartilhamento de territórios contíguos e estratégias de proteção aos índios isolados e de recente contato na Terra Indígena Vale do Javari (RO), em jun/09.

Conferência Regional de Educação

- Representantes das 15 etnias do Parque Indígena do Xingu participaram, em jun/09, da Conferência Regional de Educação, a única realizada em terra indígena.
- Foram abordados temas como políticas públicas para a educação escolar indígena e o direito à educação diferenciada.
- As conferências regionais são preparatórias à I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei), marcada para set/09, em Brasília⁵.

O que é a Agenda Social dos Povos Indígenas

Coordenada pela Funai, articula ações para garantia de direitos, proteção das terras, promoção social e qualidade de vida de povos indígenas, respeitando suas especificidades culturais e territoriais. A população indígena brasileira é de cerca de 700 mil pessoas que falam mais de 180 línguas identificadas. As 654 terras indígenas abrangem 470 municípios, 12,5% do território nacional e 22% da região da Amazônia Legal. Há referências de existência de 63 povos indígenas isolados, em especial na região da Amazônia Legal. **Mais informações: www.funai.gov.br.**

1. Municípios de Normandia, Bonfim, Uiramuitã e Pacaraima (RR).

2. Plano compartilhado com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

3. Inclui revisão de limites das terras, previstos no Decreto 1.775/96 e na CF/88.

4. O levantamento fundiário está previsto para a segunda quinzena de jul/09.

5. Iniciativa do MEC em parceria com Funai, secretarias estaduais e municipais de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Começa formalização de empreendedor individual

Programa de formalização do empreendedor individual tem início em 1ºjul/09 no Distrito Federal. A meta é formalizar um milhão de homens e mulheres, em todo o Brasil, em seu primeiro ano. Podem se formalizar os pequenos empreendedores que trabalham por conta própria nos setores do comércio, indústria e serviço, e têm faturamento anual de até R\$ 36 mil. Eles pagarão imposto “zero” para o Governo Federal, R\$ 1,00 de ICMS para o estado e R\$ 5,00 de ISS para o município. Para o INSS, contribuirão com 11% do salário-mínimo (R\$ 51,15) para ter direito à proteção previdenciária: aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão. Paulatinamente, serão integrados os demais estados à rede. **Mais informações: www.portaldoempreendedor.gov.br.**

Segurado urbano já recebe cartas-aviso pelo correio

- Em jun/09, a Previdência Social começou a enviar carta-aviso aos aposentandos da área urbana, que estão próximos de completar as condições necessárias para se aposentar por idade¹.
- A carta-aviso – enviada sempre no mês anterior ao aniversário do segurado – informa a ele que, ao completar a nova idade e se for do seu interesse, poderá requerer aposentadoria por idade. O documento informa, também, o valor estimado do benefício. O primeiro lote de cartas, enviado em jun/09, contemplou 1.635 segurados de todo o País.

Parceria com o Sistema S vai reabilitar profissionais

- Assinado em mai/09 acordo de cooperação técnica com Senai, Senar e Senat² para permitir a volta ao mercado de trabalhadores vítimas de acidentes ou doenças no ambiente de trabalho.
- Serão disponibilizadas três mil vagas nos diversos cursos oferecidos pelas entidades entre 2009 e 2011. Em 2009, a habilitação ou reabilitação atenderá 850 trabalhadores.

Programa de Educação Previdenciária – PEP leva informações a milhares de brasileiros

- O PEP promove ações para ampliar a inscrição da população à Previdência Social. Abrange atividades para agilizar a prestação de serviços, garantir comodidade dos usuários e informar e conscientizar a sociedade sobre seus direitos e deveres em relação à Previdência Social.
- De jan/09 a abr/09, o programa já levou informações para 108,2 mil brasileiros: +322,7% em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado, quando atingiu 25,5 mil pessoas. Até o final de 2009, espera-se chegar a 425 mil novos segurados.

Registrado recorde de arrecadação em mai/09

- Foram arrecadados R\$ 14,4 bilhões em mai/09, aumento de 8% em relação a mai/08 e 1,6% em relação a abr/09. É o maior valor mensal desde 1995 – início da série histórica – excetuados os meses de dezembro. Outro desempenho positivo das contas no mês foi o superávit de R\$ 214,3 milhões na Previdência urbana.
- Em 2008, foi registrada a maior queda da necessidade de financiamento (déficit) desde 1995. O déficit foi de R\$ 36,2 bilhões, 17,5% abaixo dos R\$ 43,9 bilhões projetados no início de 2008.

O que é a política de Previdência Social

A política de Previdência Social do Governo Federal busca a melhoria do atendimento, com redução das filas (implantação da Central 135) e do tempo de atendimento (aposentadoria em 30 minutos) e a ampliação do acesso a novos segurados (empreendedores individuais). Medidas de melhoria da gestão previdenciária visam controlar e reduzir o déficit da Previdência Social e garantir os direitos do cidadão.

Mais informações: www.previdencia.gov.br.

1. O segurado deve acumular, no mínimo, 180 contribuições mensais ao INSS e contar com a idade mínima de 65 anos (homem) e 60 anos (mulher).

2. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

QUILOMBOLAS

Selo Quilombola fortalece desenvolvimento econômico das comunidades

A inserção do Selo Quilombola em produtos de recorte étnico-sociocultural, oriundos de comunidades negras rurais, promoverá o resgate histórico dos modos de produção e contribuirá para a promoção da sustentabilidade dos empreendimentos quilombolas. Trata-se de um selo de mérito, cujo lançamento está previsto para nov/09, com o objetivo de constituir uma rede cooperativa que proteja a produção, garantindo a justa distribuição de renda para as famílias. Oito comunidades do baixo sul da Bahia¹ participaram, entre fev/09 e jun/09, de oficina de gestão para implementação do Selo Quilombola em produtos artesanais cuja matéria-prima é a piaçava, beneficiando diretamente 400 famílias. A ação pioneira será ampliada ainda em 2009 para outras comunidades quilombolas do País.

Certificação

- 1.342 comunidades foram certificadas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares (FCP), entre abr/04 e jun/09.

Regularização fundiária

- 85 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) publicados entre fev/05 e jun/09, totalizando 1.289.820 de hectares e abrangendo 11.107 famílias quilombolas.
- Beneficiadas 3.928 famílias por meio da publicação de 44 portarias de reconhecimento, com 223.384 hectares reconhecidos, de dez/05 a mai/09.
- Expedidos, a partir de 2002, 102 títulos de regularização fundiária para 171 comunidades em todo o País, compreendendo 955.333 hectares e 10.974 famílias.

Segurança Alimentar

- Capacitadas 30 representações quilombolas de todas as regiões do Pará para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos, a fim de melhorar a qualidade da produção e suas condições de comercialização. Por meio do PAA, o Governo adquire produtos da agricultura familiar para doações ou estoques².
- Abordada, em três oficinas regionais, a logística de distribuição de cestas alimentares para comunidades quilombolas, de forma a aperfeiçoar a entrega para as famílias necessitadas³.

Ação afirmativa

- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais, lançado em mai/09, regulamenta ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas das redes pública e privada⁴.

O que é a Agenda Social Quilombola

Coordenada pela Seppir, coloca em prática políticas de assistência em 1.739 comunidades remanescentes de quilombos, localizadas em 330 municípios de 22 estados brasileiros. Dentre seus compromissos estão a superação das desigualdades sociais e raciais, a partir de metas e recursos empenhados pelo Governo Federal para viabilizar o acesso à terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e assistência social das famílias quilombolas.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/seppir.

1. Municípios de Nilo Peçanha, Ituberá e Cairu.

2. Ação do MDS e da Conab, em parceria com Seppir, MDA e Fundação Cultural Palmares, ocorrida em jun/09, em Belém (PA).

3. Dias 29 e 30jun/09, em Belo Horizonte (MG); 4 e 5jun/09, em Belém (PA); e 11 e 12 mai/09, em Curitiba (PR).

4. Disciplina tornou-se obrigatória com a Lei 10.639/03.

REFORMA AGRÁRIA

Cartão Verde estimula desenvolvimento sustentável em assentamentos

Assentados da reforma agrária têm acesso a crédito ambiental para transformar produtos da floresta em alimento, madeira, biomassa e energia, por meio de um sistema agroflorestal. O Programa Cartão Verde – modalidade do Crédito Instalação¹ – vai financiar, em 24 parcelas mensais de R\$ 100, o plantio e a conservação de árvores em assentamentos, inclusive a instalação de viveiros para produção de mudas. Os valores serão repassados diretamente às famílias assentadas.

Crédito ambiental priorizará municípios campeões do desmatamento

- Prioridade será dada a 80 mil assentados dos 43 municípios do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, que concentram 55% do desmatamento da Amazônia. São as mesmas cidades onde começaram as atividades do Mutirão Arco Verde Terra Legal. Ver pág. 13.
- Crédito poderá ser estendido a outros biomas, após estudo do resultado do trabalho naqueles municípios e de uma avaliação do grau de vulnerabilidade ambiental dos demais assentamentos.

Mais renda com a floresta em pé

- O crédito garantirá a instalação de viveiros nos assentamentos para a produção de mudas, que serão escolhidas levando-se em conta uma combinação de espécies produtoras de alimentos, madeira, essências florestais e energia.
- Para suprir a produção em escala dessas mudas, os assentados serão estimulados a produzi-las. A produção abastecerá, além do próprio assentamento, a demanda da região, gerando renda para os beneficiários da reforma agrária.

Sistema Agroflorestal

- Os assentamentos contemplados deverão contar com um projeto de sistema agroflorestal - SAF. Um técnico do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) será responsável pela sua elaboração.
- O sistema agroflorestal é uma técnica que recupera áreas degradadas e proporciona rendimento sustentável ao longo do tempo. Introduce espécies de ciclo anual nos primeiros anos, seguidas de frutíferas semi-perenes e perenes e, por fim, a espécies de madeira. As espécies e o desenho do SAF serão definidos pelo agricultor assentado, levando em conta um estudo da demanda da região.

Assentamentos na Amazônia legal

- Existem, hoje, 2.500 assentamentos na Amazônia Legal, incluindo os tradicionais e especiais.
- Os assentados dos projetos especiais – tais como os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos Agroflorestais (PAF) e Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE) – trabalham com manejo sustentável, produção orgânica e extrativismo para garantir a renda das famílias.

O que é o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal

A reforma agrária busca democratizar o acesso à terra ao criar assentamentos rurais, regularizar a ocupação de terras públicas e fornecer crédito e assistência técnica. Contribui no aumento da produção de alimentos, no combate ao desmatamento e na recuperação de áreas degradadas, (principalmente na Amazônia), na redução dos conflitos no campo e na promoção da igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia. Os programas envolvem mais de um milhão de famílias nos assentamentos existentes. **Mais informações: www.incra.gov.br**

1. O Crédito Instalação proporciona suporte inicial aos assentados da reforma agrária na implantação dos projetos de assentamento. Modalidades: Apoio Inicial (R\$ 3,2 mil); Apoio Mulher (R\$ 2,4 mil); Aquisição de materiais de construção (R\$ 10 mil); Fomento (R\$ 3,2 mil); Adicional do Fomento (R\$ 3,2 mil); Semiárido (R\$ 2 mil); Recuperação de habitações (até R\$ 5 mil) e Reabilitação de Crédito Produção (até R\$ 6 mil).

SEGURANÇA PÚBLICA – PRONASCI

Instalados sete Territórios de Paz até jun/09

Pelo Pronasci, foram instalados, até jun09, sete Territórios de Paz: a comunidade de Bom Jesus (Porto Alegre/RS) foi a mais recente, seguindo as de Santo Amaro (PE), Complexo do Alemão (RJ), Zona de Atendimento Prioritário 5¹ (Rio Branco/AC), Itapoã (DF), São Pedro (Vitória/ES) e Benedito Bentes (Maceió/AL). A iniciativa envolve a instalação simultânea de 20 a 30 projetos para enfrentar a criminalidade, promover ações de cidadania e maior integração entre policiais e população nas localidades com mais violência. Salvador instalará o Território de Paz em 22jul.

Valorização dos profissionais de Segurança Pública

- 180 mil servidores de todo o País estudam atualmente nos cursos a distância da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública do Ministério da Justiça.
- Até jun09, 147.988 receberam a Bolsa Formação de R\$ 400 mensais como complemento salarial para estímulo à capacitação.
- Até jun09, 1.040 casas do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) já foram entregues a profissionais de segurança de AL, RS, MA, BA, CE, PI, RJ, AC, PA, PE e ES.

Ações integradas na prevenção ao uso de drogas e violência

- Repassados R\$ 30 milhões até jun09, de R\$ 51 milhões previstos, para ações de mobilização, prevenção, tratamento e reinserção social. Prioridade: regiões metropolitanas do Distrito Federal e Entorno, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Vitória.

Pronasci Fronteiras

- Combate crimes fronteiriços, como contrabando, pirataria e tráfico de drogas, além de roubo de gado.
- Entregues às polícias militar e civil e às prefeituras de 31 municípios do oeste gaúcho: 61 picapes, 62 motocicletas, 31 carros, 70 computadores. Investimento total: R\$ 8,7 milhões.

1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg) - www.conseg.gov.br

- 126 cidades participaram de conferências municipais preparatórias para a conferência nacional (27 a 30 de agosto em Brasília). 18 estados já realizaram as etapas estaduais.
- 22.789 pessoas participaram de 296 conferências livres, que também encaminham propostas para a Conseg. O resultado vai definir princípios e diretrizes de uma política nacional de segurança pública.

Modernização de estabelecimentos penais

- Até jun/09 foram entregues equipamentos de segurança para ampliar e controlar a segurança e reprimir ações de violência em estabelecimentos penais de 20 estados². O kit eletrônico contém: um Raio-X, seis pórticos detectores de metal e oito detectores de metal portáteis no valor de R\$ 364 mil cada.

O que é Pronasci

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) enfrenta a criminalidade e a violência nas regiões metropolitanas com os mais altos índices de homicídio, articulando políticas de segurança com ações sociais. Eixos principais: reestruturação do sistema prisional, valorização do profissional de segurança pública, combate à corrupção policial e ao crime organizado e envolvimento da comunidade nas ações. Integram o Pronasci 21 estados, o Distrito Federal e 97 municípios. Investimento total: R\$ 6,7 bilhões até 2012. **Mais informações: www.mj.gov.br/pronasci.**

1. Total de nove bairros, incluindo Mauri Sérgio, Santa Inês e entorno na cidade de Rio Branco – AC.

2. AC, AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, RO, SE, SP e TO.

SAÚDE INDÍGENA - FUNASA

Vacinação de idosos nas aldeias supera meta de cobertura para 2009

A campanha de vacinação de idosos contra a gripe *Influenza*, lançada em final de abr/09, alcançou todas as 74 aldeias do Mato Grosso do Sul, em 28 municípios, supervisionados por 15 polos-base e 31 equipes multidisciplinares de saúde da Funasa. Foram imunizados até o final de maio 3.747 indígenas, 86,9% da população acima de 60 anos. Resultado supera o índice de 2008, que foi de 83,2% dos idosos vacinados.

Cobertura vacinal avança

- 90% dos menores de cinco anos estão em dia com o calendário de vacinação. Entre crianças não indígenas com até dois anos, esse índice é 75%¹, enquanto a média nacional de cobertura é 81%.
- Em 2008, imunização alcançou 76% da população indígena; este ano a marca foi superada em 11 pontos percentuais. Meta é chegar o mais próximo possível dos 100% até dezembro. Para isso, a vacina ficará à disposição de toda a população indígena nos 71 postos de saúde localizados nas aldeias e em postos volantes, como parte das ações de rotina da Funasa.

Água tratada para os Kumarumã no Amapá

- Desde 13jun/09, os cerca de dois mil indígenas da etnia Galibi Marworno, residentes na aldeia Kumarumã, em Oiapoque, dispõem de um sistema próprio de abastecimento de água.

Ampliada rede de abastecimento de água no Piauí

- Inaugurada em 6jun/09 obra de ampliação e recuperação da rede de abastecimento do município de Monsenhor Gil (PI) – parceria da Funasa com a Agência de Água e Esgotos do Piauí. Ação beneficia 500 famílias, com investimento da ordem de R\$ 275 mil.

Água de poços em aldeias de Minas Gerais é monitorada

- O monitoramento de todos os sistemas de abastecimento de água das 12 reservas indígenas de Minas Gerais foi iniciado em jun/09. A primeira etnia beneficiada é a Xakriabá, em São João das Missões – a maior do estado, que conta com aproximadamente 8,5 mil índios e 22 poços profundos.

Cartilha para combater verminoses entre os Tapeba no Ceará

- Foi lançada pela Funasa cartilha “Diarréia Infantil e Verminoses”, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em 3jun/09. Contém conceitos, vocabulário e ilustrações adequados à realidade cultural da população indígena Tapeba.

Combate ao alcoolismo entre indígenas

- A história de 34 índios bororos (MT) que venceram a dependência do álcool foi levada ao Congresso Internacional de Medicinas Tradicionais, Interculturalidade e Saúde Mental, em Tarapoto (Peru, jun/09). Experiência é resultado do Projeto Alcoólico Indígena (PAI), com metodologia que inclui terapias e atividades desenvolvidas com a participação da comunidade.

O que é o PAC Funasa

O PAC Funasa prevê a implantação de redes de distribuição de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo e limpeza urbana em municípios de até 50 mil habitantes. O objetivo é melhorar as condições de vida das pessoas por meio de ações na área de saúde preventiva em pequenas comunidades, populações rurais dispersas, áreas indígenas e povos da floresta, quilombolas, assentamentos de reforma agrária e regiões de interesse epidemiológico (com grande incidência de malária e doença de Chagas). **Mais informações: www.funasa.gov.br.**

1 Inquérito de Cobertura Vacinal: capitais e Distrito Federal – 2007. Veja resumo em www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=21&infoid=2573&sid=9.

SAÚDE

Lei Seca reduz hospitalização e mortalidade no trânsito

As internações no SUS provocadas por acidentes de trânsito caíram 23% entre o 2º sem/07 e o 2º sem/08 - de 105.904 para 81.359. A mortalidade por acidentes de trânsito também apresentou queda de 22,5% no período - de 3.519 para 2.723 óbitos. A queda de internações representa uma economia de R\$ 23,5 milhões em recursos públicos.

Brasil imuniza contra a gripe 81,7% de seus idosos

- O País imunizou, em mai/09, 15,8 milhões de pessoas na 11ª Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, abrangendo 81,5% da população-alvo, com 60 anos ou mais. Foram investidos R\$ 162,2 milhões na compra das vacinas e na montagem da infraestrutura, que contou com a participação de 241 mil pessoas.

Casos de dengue continuam em queda

- Notificações da doença diminuíram 49,8% em 2009: 361.552 pessoas contraíram dengue em 2009 (até 11jun/09) contra 720 mil no mesmo período em 2008.

Sistema de Ressarcimento Eletrônico ao SUS (Sisrel)

- Sistema, lançado em jun/09, facilita o procedimento para que planos de saúde privados façam o ressarcimento ao SUS por internações e atendimentos de alta complexidade feitos na rede pública por segurados da rede privada. O processo tornou-se rápido, barato e eficaz, com cobrança prévia e fiscalização por amostragem.

Telessaúde amplia atendimento

- Sistema de educação e assistência a distância, implantado em 2007, realizou mais de 100 mil atendimentos, com crescimento de 180% entre 2008 e 2009. Permite que profissionais de saúde, fora dos grandes centros, tenham acesso à capacitação por meio de videoconferência e a uma segunda opinião sobre casos clínicos, por meio da internet, com especialistas de várias áreas.
- Engloba nove núcleos, 735 pontos em funcionamento, 641 municípios atendidos, 2.474 equipes de saúde beneficiadas, 4.537 teleassistências¹, 911 atividades de teleeducação e 102.394 exames de apoio. O sistema contou com investimento de R\$ 23 milhões para implantação de infraestrutura e treinamento dos profissionais das equipes de Saúde da Família (www.telessaudebrasil.org.br).

Farmácia Popular do Brasil supera meta para 2011

- São 512 unidades próprias em 404 municípios – meta inicial era de 500 farmácias até 2011. As unidades realizam 950 mil atendimentos/mês com 107 medicamentos.
- Aqui Tem Farmácia Popular: 7.952 farmácias da rede privada credenciadas pelo SUS, em 1.493 municípios. Meta para 2011: 19,4 mil.

O que é o Mais Saúde

A melhoria das condições de saúde dos brasileiros é o objetivo estratégico do Programa Mais Saúde. Suas diretrizes, medidas e ações buscam um novo padrão de desenvolvimento, comprometido com o crescimento, o bem-estar e a equidade. Sua agenda contempla 73 medidas e 171 ações, em sete eixos: Promoção, Atenção, Complexo Industrial, Força de Trabalho, Qualificação da Gestão, Participação e Controle Social e Cooperação Internacional. **Mais informações: bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsau.**

¹ Trata-se da possibilidade de o profissional de saúde obter uma segunda opinião por teleconferência.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Incentivo à leitura em comunidades rurais

O Programa Arca das Letras instalou 222 bibliotecas nos municípios dos Territórios da Cidadania, de jan/09 a jun/09. A ação beneficiou, diretamente, 32,3 mil famílias. O Arca das Letras promove o incentivo à leitura e a difusão do conhecimento em comunidades de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores, ribeirinhos, quilombolas e indígenas.

Territórios em Ação

- Governo Federal definiu um conjunto inicial de ações a serem implantadas nos Territórios em 2009. O conjunto de ações compõe a Matriz de Ações Federais para 2009.
- Essa Matriz de Ações foi apresentada e debatida nos 120 Territórios durante os meses de março, abril e maio. Resultados:
 - Envolvimento de 16,7 mil pessoas em 229 eventos.
 - Apresentação de Matrizes de Ações de nove governos estaduais, com novas ofertas de ações aos territórios.
 - Média de participantes subiu de 58 para 73 por evento em relação a 2008.
 - Representação dos governos municipais cresceu de 22% para 32%.
 - Cerca de metade dos representantes são da sociedade civil.
- O resultado dos debates realizados sobre a Matriz de Ações Federais resultará no Plano de Execução 2009 – expresso em ações com metas para cada Território. O Plano será divulgado em jul/09.
- Em 2008, nos 60 Territórios iniciais, foram implantadas 180 ações, com R\$ 9,3 bi de investimento.

Apresentação da Matriz de Ações Federais de 2009 **Representação (posição: mai/09)**

Representação	Participantes	% participação
Governo Federal	1.364	8,2%
Governo Estadual	1.868	11,2%
Governo Municipal	5.317	31,8%
Sociedade Civil	8.166	48,9%
Total	16.715	100,0%

O que é o Programa Territórios da Cidadania

O programa objetiva a superação da pobreza e a geração de trabalho e renda no meio rural, com uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que promova a inclusão produtiva das populações pobres, a universalização de programas básicos de cidadania, o planejamento e a integração de políticas públicas e a ampliação da participação social. O Território é formado por um conjunto de municípios com as mesmas características econômicas e ambientais e com identidade social e cultural, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento das regiões. O programa – lançado em 2008 – atendeu inicialmente 60 Territórios e foi ampliado para 120 Territórios em 2009. Conta com a participação de 22 ministérios e órgãos vinculados e com a parceria de governos estaduais, municipais e da sociedade civil organizada. **Mais informações: www.territoriosdacidadania.gov.br.**

TURISMO

Estudo avalia potencial turístico das cidades-sedes da Copa 2014

Pesquisa da FGV, a pedido do Ministério do Turismo, traça diagnóstico da infraestrutura turística das cidades-sedes da Copa do Mundo 2014 para orientar ações de desenvolvimento do setor. A Proposta Estratégica de Organização Turística avalia a estrutura, os serviços e o potencial de captar investimento e promover o Brasil no exterior. Foi entregue aos prefeitos no 4º Salão de Turismo. Veja mais: www.copa2014.turismo.gov.br.

4º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil

- Maior evento do segmento na América Latina, em São Paulo, de 1º a 5 jul/09, com 400 expositores, atraiu 98 mil pessoas. Investidos R\$ 6 milhões pelo Governo Federal.
- A Vitrine Brasil, com produtos da agricultura familiar, artesanato, jóias e moda, registrou R\$ 831,1 mil em vendas, e a Rodada de Negócios, R\$ 95 milhões, 25% acima do estimado.

Investimentos nos 65 destinos indutores

- 65 municípios prioritários para o turismo receberam, de 2003 a 2008, R\$ 1 bilhão para obras, como construção de terminais de passageiros; acessos a rodovias, ferrovias, aeroportos e portos; recuperação do patrimônio histórico; revitalização de praças e equipamentos turísticos, construção de museus e escolas de formação para o turismo. www.turismo.gov.br/mtur/opencms/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/65destinos.html
- Do total, R\$ 597 milhões foram investidos no Nordeste, R\$ 186 milhões no Norte, R\$ 90 milhões no Centro Oeste, R\$ 86 no Sudeste e R\$ 56 milhões no Sul.
- Entre os municípios atendidos, estão as sedes da Copa de 2014: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Revitalização da Zona Portuária no Rio de Janeiro

- Iniciada (23jun/09) a primeira etapa das obras, que deve ser finalizada em dois anos. É um dos principais empreendimentos voltados para a Copa de 2014 no Rio de Janeiro.
- Obras previstas: reurbanização de vias; construção de 499 residências com a recuperação de imóveis antigos subutilizados; implantação da Pinacoteca e do Museu do Amanhã, entre outras.
- O investimento será de R\$ 359 milhões: R\$ 280 milhões do Prodetur¹ e R\$ 79 milhões financiados pela Prefeitura do Rio, Caixa e setor privado.

Linha de Crédito Especial para Empresas

- Iniciado o Giro Setorial Turismo, linha de crédito da Caixa para financiar o capital de giro de empresas do setor de turismo. São R\$ 200 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- O limite por empresa é de R\$ 5 milhões a serem pagos em, no máximo, três anos, com carência de até 18 meses. A taxa de juros pode ser pós-fixada de até 2,8% + Taxa de Juros de Longo Prazo ou pré-fixada de até 8,5% ao ano. As empresas comprometem-se a gerar ou manter empregos e devem estar regularmente cadastradas no Cadastur².

O que é o Plano Nacional do Turismo

Plano Nacional do Turismo, lançado em jun/07, tem como metas estimular as viagens no mercado interno, criar 1,7 milhão de empregos e estruturar 65 destinos indutores do desenvolvimento regional, com padrão de qualidade internacional. Serão investidos R\$ 5,63 bi em infraestrutura e R\$ 1 bi na promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior até 2010. **Mais informações: www.turismo.gov.br.**

1. Programa de Desenvolvimento do Turismo: parceria entre o Ministério do Turismo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financia projetos de estados e municípios brasileiros com mais de um milhão de habitantes.

2. Sistema do Ministério do Turismo que identifica prestadores de serviços do setor no País.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

3

ATUALIDADES

O BRASIL E A CRISE FINANCEIRA

Aumenta a confiança na superação da crise

A crise global não terminou, mas o pior momento pode ter passado. A estabilização das perdas nos bancos americanos e as ações recentes do G-20 e do governo americano melhoraram a confiança geral. Grande volume de dinheiro do FED e de outros governos leva a sinais de melhoria nos fluxos financeiros. O crédito no mercado mundial, contudo, continua escasso e com lenta recuperação.

Longo caminho para recuperação da economia mundial

- Predominam as previsões de acentuada recessão mundial em 2009, com aumento do desemprego e queda acentuada no comércio mundial.
- A crise pode ser mais curta no Brasil e coloca grandes oportunidades para países emergentes.

Impactos da crise no Brasil

- Forte desaceleração no último trimestre de 2008 e fraco desempenho no 1º trimestre de 2009, particularmente na indústria.
- A partir de mar/09, a economia mostra os primeiros sinais de recuperação.
- A política econômica amenizou os impactos e ajuda a retomada.

Brasil enfrenta a crise

- Nas crises anteriores, a fragilidade levou à tomada de medidas econômicas que pioravam a situação geral do País: aumento das taxas de juros (para impedir fuga de capitais), da dívida pública e do superávit primário; corte de investimentos e de gastos correntes, com aumento do desemprego e da instabilidade econômica.
- Diante das condições favoráveis do País antes da crise, o Brasil pode tomar medidas anticíclicas para romper esse círculo vicioso (ver todas as medidas na pág. 66):
 - Medidas para melhorar a liquidez e garantir crédito: utilização de parte das reservas para financiar as exportações; redução dos depósitos compulsórios dos bancos; leilão de dólares e *swap* de moedas com outros bancos centrais; cortes na taxa básica de juros.
 - Medidas setoriais para manter atividade econômica: redução de impostos (indústria automobilística, linha branca e materiais de construção); Programa Minha Casa Minha Vida, para financiar um milhão de casas; melhores condições de financiamento para agricultura; mais recursos para indústria naval; aporte de R\$ 100 bilhões ao BNDES; manutenção dos investimentos (PAC).
 - Medidas para manter consumo das famílias: ampliação de programas sociais (Bolsa Família), mais duas parcelas do seguro-desemprego e crédito.

Sinais da recuperação

- Recorde semestral na venda de veículos (1,5 milhão de unidades).
- Vendas de material de construção cresceram 4,5% em mai/09 frente a mai/08.
- Melhora nos indicadores de confiança do consumidor (junho foi o quarto mês consecutivo de crescimento).
- Alta de 37% no Índice Bovespa no primeiro semestre. Melhor primeiro semestre desde 1999.
- Aumento dos preços de *commodities*.

Perspectivas para 2009

Previsões indicam que o Brasil terá crescimento econômico lento no primeiro semestre e aceleração no segundo, redução do déficit em conta-corrente, estabilidade nas reservas internacionais, fluxo positivo de capitais, criação de empregos e retomada da expansão do crédito. **Mais informações:** www.fazenda.gov.br e www.bcb.gov.br.

CRÉDITO

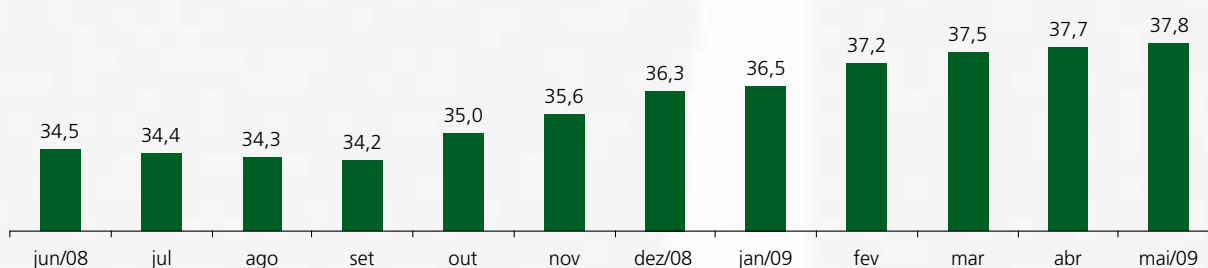
Bancos públicos elevam sua participação no total de crédito concedido

Os bancos públicos têm sido instrumentos eficazes de ação anticíclica e de política econômica. Desde o agravamento da crise financeira, em set/08, sua participação no total de crédito concedido aumentou de 34,2% para 37,8% (+3,6 p.p.). Concessão de crédito recupera níveis pré-crise.

Cresce o crédito público

- Bancos públicos ampliaram sua participação na carteira de crédito do País de 34,5% para 37,8% nos últimos 12 meses encerrados em mai/09. Os bancos privados nacionais e estrangeiros respondem, atualmente, por 41,9% e 20,3%, respectivamente.

Participação dos bancos públicos no crédito oferecido pelo Sistema Financeiro Nacional (%)



- Desembolsos de todas as linhas do BNDES para investimento das empresas atingiram R\$ 90,2 bilhões no acumulado nos 12 meses encerrados em mai/09. Em 2009, até maio, foram concedidos R\$ 31,7 bilhões, crescimento de 16% frente a igual período do ano passado.

Recordes sucessivos no volume de crédito e no percentual do PIB

- O volume total de crédito do sistema financeiro alcançou R\$ 1,25 trilhão, em mai/09, com um aumento de 230% de jan/03 a mai/09. É o maior valor desde o início da série em 1995.
- A relação entre crédito total e PIB é de 43% (mai/09). Maior patamar desde 1995.
- A inadimplência total das operações de crédito com recursos livres foi de 5,5% em mai/09 (+0,3 p.p. frente a abr/09) e das pessoas físicas ficou em 8,6% (+0,2 p.p.).

Oferta de crédito para pessoa física aumentou e taxas de juros caíram

- Operações com recursos livres contratadas por pessoas físicas cresceram de R\$ 88,5 bilhões (jan/03) para R\$ 426,5 bilhões (mai/09) +382%.
- Taxas médias de juros dessas operações caíram de 83,6% a.a. (jan/03) para 47,3% a.a. (mai/09).

Microcrédito produtivo orientado é ampliado

- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): recursos triplicaram na comparação entre 2005 (R\$ 602 milhões) e 2008 (R\$ 1,80 bilhão). No 1º tri/09, desembolsos totalizam R\$ 479 milhões.

Bancos públicos atuam em setores não priorizados pelo sistema privado

Além do crescimento de sua participação na carteira de crédito do sistema financeiro, os bancos públicos têm atuado em segmentos pouco assistidos pela iniciativa privada: o BNDES, no investimento; o Banco do Brasil, na agricultura, comércio exterior e crédito comercial; a Caixa, na habitação e no crédito comercial; e o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, no desenvolvimento regional.

Mais informações: www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2009/p220609.pdf.

EMPREGO

Melhor resultado mensal do ano consolida recuperação do emprego formal

Em mai/09, foram gerados 131.557 postos de trabalho celetistas, segundo o Caged. Este é o melhor resultado mensal de 2009 e o quarto mês consecutivo de crescimento, indicando a consolidação do quadro de recuperação do emprego. Houve expansão generalizada, com destaque para agricultura, serviços, construção civil e comércio. Entre os estados, São Paulo liderou, novamente, a criação de empregos.

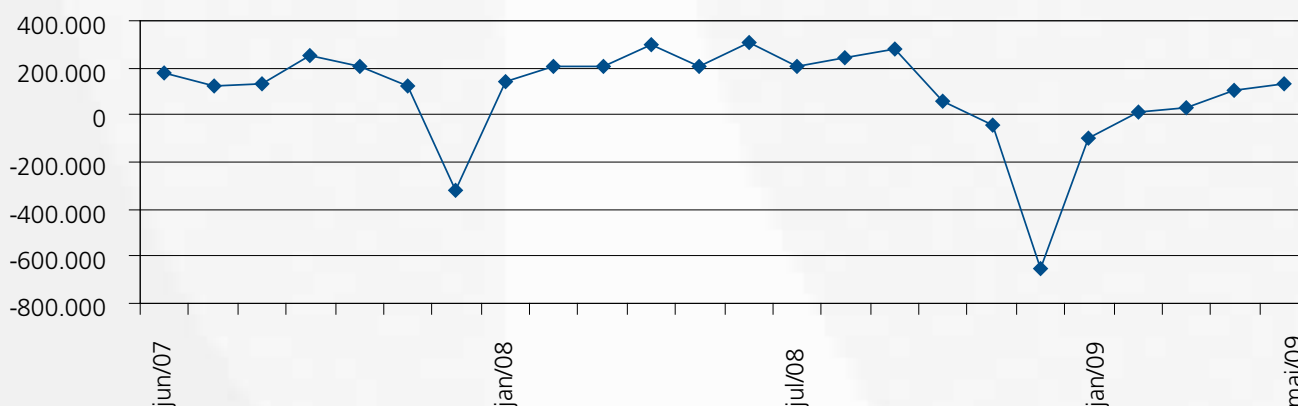
Recuperação das perdas de janeiro de 2009

- A recuperação do emprego celetista nos meses de fevereiro (9.179 postos), março (34.818), abril (106.205) e maio (131.557) superou a perda ocorrida em janeiro (-101.748), gerando um saldo positivo de 180.011 postos em 2009.

Geração de empregos

- Em maio/09:
 - Os setores que mais se destacaram na geração de empregos em mai/09 foram agricultura (52.927 postos), serviços (44.029), construção civil (17.407) e comércio (14.606).
 - Os estados com melhor desempenho foram São Paulo, com 44.521 novos postos de trabalho, Minas Gerais, com 37.518, e Paraná, com 11.862.
- Nos últimos 12 meses (jun/08-mai/09): 580.269 empregos, com crescimento de 1,84% em relação ao estoque do período anterior.

Saldo do emprego formal - Brasil - jun/07 a mai/09



Fonte: Caged.

Criadas 13,5 milhões de oportunidades de trabalho desde jan/03

- De jan/03 a mai/09, foram geradas 13.459.215 de oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)¹, sendo 10.555.732 novos postos formais de trabalho².

Desocupação em 2009 é a segunda menor da série histórica

- A taxa média anual de desocupação em 2009 nas seis regiões pesquisadas pelo IBGE – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - é de 8,7%. Essa é a segunda menor taxa desde o início da série em 2002, perdendo apenas para os 7,9% observados em 2008.
- Em mai/09, a taxa de desocupação foi de 8,8%.

1. Estimativa a partir de dados da Pnad (2003-2007) e do Caged (2008-2009).

2. Segundo os dados da Rais (2003-2007) e do Caged (2008-2009). Ver página a seguir.

EMPREGO

Evolução do emprego formal – Brasil (1995-2009)

Ano	Saldo Anual	Saldo por Mandato Presidencial	Média Mensal do Mandato Presidencial
Período 1995-1998			
1995	88.495	824.394	17.175
1996	74.576		
1997	274.116		
1998	387.207		
Período 1999-2002			
1999	501.630	4.192.277	87.339
2000	1.235.364		
2001	960.985		
2002	1.494.298		
Período 2003-2006			
2003	861.014	6.471.336	134.820
2004	1.862.649		
2005	1.831.041		
2006	1.916.632		
Período 2007-2009*			
2007	2.452.181	4.084.396	140.841
2008	1.452.204		
2009	180.011*		

*Até maio.

Fontes: MTE/RAIS (1995-2007) e Caged (2008 e 2009).

O que é o Caged

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados foi criado pelo Governo Federal em 1965. Nele, as empresas registram as admissões e demissões de empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Ele serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho e subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. **Mais informações: www.mte.gov.br/caged/default.asp.**

EXPORTAÇÕES

Exportações brasileiras registram queda no 1º sem/09, mas saldo cresce

A retração do comércio mundial, gerada pela crise financeira, tem efeitos negativos sobre o desempenho das exportações brasileiras. De jan-jun/09, atingiram US\$ 69,9 bilhões – redução de 22,8% em relação ao 1ºsem/08. As importações também apresentam retração: os US\$ 55,9 bilhões importados no 1º sem/09 foram 28,9% menores em relação ao mesmo período de 2008. O saldo permanece em alta: US\$ 14 bilhões no período – aumento de 23,8%.

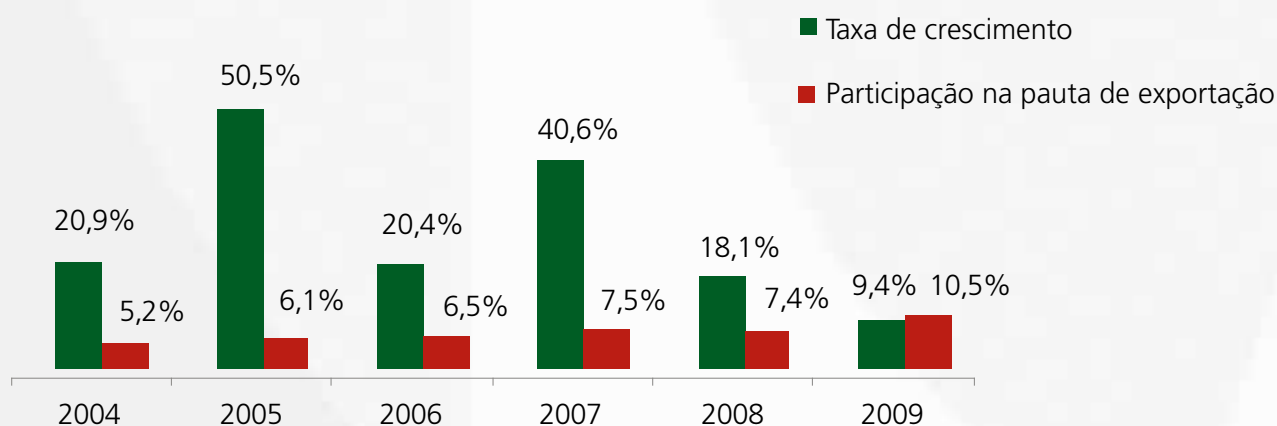
Crise reduz exportações para destinos tradicionais e aumenta para Ásia

- No 1ºsem/09, houve forte redução das exportações para: Estados Unidos (-43,3%), em especial de petróleo e máquinas e equipamentos; Mercosul (-40,3%), com diminuição das vendas de automóveis; Europa Oriental (-40,2%), União Européia (-27,2%), África (-3,3%) e Oriente Médio (-1%).
- Em contrapartida, as exportações brasileiras cresceram 15,8% para a Ásia (US\$ 18,7 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de 42,3% das exportações para a China, sustentadas por minério de ferro, soja em grão, celulose e siderurgia, foi o principal responsável pelo resultado.

Exportações de minerais metálicos

- As exportações do setor de minerais metálicos cresceram, em média, 23% por ano, de 2004 a 2009 (período de jan-mai). A participação do setor no total das exportações brasileiras passou de 7,4% em 2008 (jan-mai) para 10,5% em 2009 (jan-mai).
- Os produtos cujas vendas mais cresceram em 2009 (jan-mai), em relação ao mesmo período do ano anterior, foram o minério de ferro (48,1%) e a bauxita (47,2%).
- Entre jan-mai/09, os principais destinos das exportações do setor de minerais metálicos foram China (52,5% de participação), Suíça (12,6%), Japão (7%) e Coréia do Sul (4,4%).

Taxa de crescimento das exportações brasileiras de minerais metálicos e participação do setor na pauta exportadora – janeiro a maio (2004 a 2009)



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

Brasil amplia participação no comércio global e diversifica parceiros comerciais

As exportações brasileiras passaram de US\$ 73,2 bilhões, em 2003, para US\$ 197,9 bilhões, em 2008: aumento de 170%. Com este resultado, a participação no comércio global passou de 0,99% para 1,39%. Este aumento foi acompanhado pela diversificação dos destinos, com maior participação da Aladi (119%), África (31%), Ásia (19%) e Oriente Médio (6%). EUA e União Europeia continuam como importantes parceiros comerciais do País. **Mais informações:** www.apexbrasil.com.br e www.desenvolvimento.gov.br.

GRIPE INFLUENZA A (H1N1)

Mais investimentos para ações de prevenção da doença

Com o aumento dos casos confirmados no mundo e a elevação do nível de alerta da OMS para pandemia de 5 para 6¹, o sistema público de saúde ampliou as ações de prevenção, preparação e enfrentamento da gripe *Influenza A (H1N1)*. Em 21jun/09, foram repassados mais R\$ 129,5 milhões em apoio às medidas para conter a doença. No Brasil, a quase totalidade dos pacientes infectados já recebeu alta ou está em recuperação.

Ações para o enfrentamento da pandemia

- Estruturada uma rede de informações com 24 centros de vigilância distribuídos pelo território nacional. Coordenada pelo Ministério da Saúde e interligada *online* por meio de sistema próprio, a rede é abastecida por estados e municípios e permite detectar, monitorar e gerenciar a resposta à doença.
- Videoconferências semanais têm sido realizadas, inclusive com parceiros do Mercosul e Unasul.
- Foi estabelecido um protocolo que orienta os profissionais de saúde sobre como agir em relação aos casos de doença respiratória aguda grave, com maior risco de morte. Quando necessário, o MS pode enviar equipes técnicas especializadas para dar apoio nas localidades onde há casos suspeitos ou confirmados.
- Os profissionais das áreas de vigilância epidemiológica e sanitária passam a priorizar a coleta e realização de exames para pacientes com maior risco de doença grave associada à *Influenza A* (ou óbito por causa dela).
- O País possui nove milhões de tratamentos do antiviral específico estocados na Fiocruz.

Medidas de prevenção e comunicação

- Monitoramento constante dos portos, aeroportos e fronteiras, com reforço da vigilância em todos os pontos de entrada no País.
- Distribuição de panfletos nos voos internacionais (trilingues, em português, espanhol e inglês) e nas estradas, com orientações acerca da doença. Até o momento foram distribuídos 4,3 milhões de panfletos em todos os aeroportos do Brasil.
- Veiculação de 53 inserções informativas em oito emissoras de televisão, até 30jun/09, e peças publicitárias com o personagem "Dr. Bactéria", sobre as medidas de prevenção, na TV e no rádio.

Medidas de assistência e diagnóstico

- O Brasil dispõe atualmente de 66 unidades de referência hospitalar para acompanhamento e tratamento de pacientes, com 1.270 leitos reservados.
- Rede de Diagnóstico de *Influenza* implantada nos três laboratórios nacionais de referência: Fiocruz, Adolfo Lutz e Evandro Chagas.

Rede de informações sobre a doença

O Portal Saúde disponibiliza informações úteis sobre a *Influenza A*, como informes técnicos, perguntas e respostas mais frequentes, hospitais de referência, Plano Brasileiro de Enfrentamento de Pandemia, histórico da doença, notas à imprensa, entre outras. Os profissionais da saúde têm à disposição o *link* "Notifique Aqui", para notificação de casos suspeitos. A busca de esclarecimentos sobre a doença por parte da população pode ser feita por meio do Disque Saúde (0800 61 1997). **Mais informações: Portal Saúde – www.saude.gov.br.**

1 A Fase 6 caracteriza pandemia, ou seja, quando a propagação do vírus de pessoa a pessoa ocorre em, no mínimo, dois países de regiões diferentes administrativas da OMS. A entidade divide o mundo em seis regiões administrativas.

FOME ZERO - CISTERNAS

Programa de construção de cisternas ganha prêmio internacional

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), realizado pela Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)¹, recebeu o Prêmio Sementes 2009, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). As cisternas garantem o acesso à água a pessoas que não tinham esse direito. Antes, as famílias caminhavam grandes distâncias para pegar água e carregá-la em latas sem higiene, o que levou várias famílias a abandonarem as regiões secas. O programa conta com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e é parte do Fome Zero.

Tecnologia da cisterna é simples e usa mão-de-obra local

- A cisterna é uma tecnologia popular para captação e armazenamento de água da chuva dos telhados para consumo humano. As famílias participam da construção das cisternas, feitas com placas de cimento, e de um curso de capacitação em gerenciamento de recursos hídricos. Cada cisterna tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água, o suficiente para consumo de oito meses, na estiagem.
- De 2003 a junho de 2009, o Governo Federal financiou a construção de 241 mil cisternas, propiciando o acesso à água para 1,1 milhão de pessoas. Foram investidos R\$ 373 milhões.
- A partir de 2008, foi iniciado o Programa Segunda Água, criado para construção de sistemas de captação de água² para produção de alimentos. No total, já foram construídas 1,4 mil unidades, com investimento do Governo Federal de R\$ 21,5 milhões.

Projetos para segurança alimentar e nutricional nos municípios

- 237 projetos foram selecionados por seis editais públicos divulgados em abr/09, com investimento de R\$ 95,5 milhões.
- Contemplam construção de cisternas, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e recursos para aquisição de alimentos da agricultura familiar, agricultura urbana e educação alimentar para povos e comunidades tradicionais. Os projetos selecionados estão disponíveis em www.mds.gov.br/editais/san2009.

Programas e ações do Fome Zero

Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos, Cisternas, Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos, Pronaf, Programa Nacional de Alimentação Escolar e uma série de iniciativas geridas por diversos órgãos do Governo Federal fazem parte da estratégia Fome Zero. Ações e programas garantem cidadania, alimentação e melhor qualidade de vida aos brasileiros com baixa ou nenhuma renda. **Mais informações: www.fomezero.gov.br.**



1 Articulação no Semi-Árido Brasileiro é um fórum de organizações da sociedade civil que atua em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do semiárido brasileiro, desde 1999. Agrega mais de 700 entidades, como: igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais. O P1MC tem como meta a construção de um milhão de cisternas no semiárido.

2. Exemplos: cisterna calçadão – capta água de uma área pavimentada no terreno da propriedade; e barragens subterrâneas – espécie de parede feita abaixo da superfície da terra, barra águas de chuvas que escorrem no interior do solo e as armazena.

ACORDO DO SETOR CANAVIEIRO

Acordo nacional tripartite por melhores condições de trabalho nos canaviais

Trabalhadores, empresários e Governo Federal firmaram em 25jun/09 o “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”. Fruto de uma Mesa de Diálogo, instalada em jul/08, este acordo é inédito e terá vigência de dois anos. Abrange todo o setor sucroalcooleiro do País e já obteve a adesão de mais de 300 usinas das 413 em atividade.

Compromissos adotados

- As empresas – mediante adesão voluntária – respeitarão as seguintes práticas empresariais:
 - Contrato de Trabalho: eliminar o intermediário (“gato”) para contratar trabalhadores; utilizar o Sistema Público de Emprego¹ para contratação de trabalhadores migrantes;
 - Trabalho por produção: aumento da transparência na aferição e no pagamento da cana cortada;
 - Saúde e segurança: fortalecimento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural – CIPATR; Equipamento de Proteção Individual – EPI² gratuito, adequado ao trabalho e de boa qualidade; pausas coletivas; reidratação; ginástica laboral; melhor atendimento de emergência;
 - Transporte seguro e gratuito e pronto atendimento em acidente;
 - Alojamentos mais adequados e dotados de meios de comunicação;
 - Alimentação: fornecimento gratuito de recipiente térmico (“marmitta”) para garantir condições de higiene e temperatura, além de mesas/bancos para as refeições.
- O Governo Federal deverá assegurar a adequação dos EPIs; ampliar progressivamente os serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego; promover a alfabetização e elevar a escolaridade e a qualificação profissional, com vistas à recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho; fortalecer ações e serviços sociais em regiões de emigração de trabalhadores.

Panorama do emprego na cana-de-açúcar

- Em 2007, no cultivo da cana-de-açúcar estavam ocupadas 519.534 pessoas: 268.432 eram empregados permanentes e 251.102 temporários. Trata-se da cultura com maior número de trabalhadores agrícolas (PNAD, 2007).
- Os trabalhadores temporários (sobretudo na colheita manual) são em geral jovens de baixa escolaridade, que sofrem com condições adversas de trabalho e com ameaça da perda de empregos devido à crescente mecanização da colheita da cana.

Mesa de Diálogo costura Compromisso Nacional

Construído por meio de Mesa de Diálogo, em 17 reuniões de trabalho ao longo de 11 meses, e sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, seus principais objetivos foram tornar as condições de trabalho mais seguras e mais dignas e promover a reinserção profissional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita da cana-de-açúcar. Entidades representantes: dos trabalhadores – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag e Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – Feraesp; dos empresários – Fórum Nacional Sucoenergético e União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – Unica; do Governo – Secretaria Geral e Casa Civil da Presidência da República, MTE, MAPA, MDA, MEC e MDS. As entidades signatárias do Compromisso Nacional constituirão “Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional”. **Mais informações: www.presidencia.gov.br/secgeral.**

1. Rede de postos de intermediação de mão-de-obra operados por estados, municípios e centrais sindicais.

2. Equipamento de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

RELAÇÃO COM ESTADOS

Apoio aos estados no enfrentamento de desastres naturais

Medidas do Governo Federal de apoio aos estados para o enfrentamento de desastres naturais proporcionam a manutenção do desenvolvimento social e econômico do País. Autorizações do Conselho Nacional de Defesa Civil e do Conselho Monetário Nacional, para liberação de linha de crédito emergencial, em mai/09, permitiram a implementação de ações imediatamente após o reconhecimento de emergência pelos municípios e governos estaduais, antes mesmo do reconhecimento pelo Governo Federal. PAC Drenagem libera R\$ 4,7 bilhões para obras de prevenção e macrodrenagem em 107 municípios de 18 estados brasileiros¹.

Enchentes nas regiões Norte e Nordeste

- As chuvas atingiram 13 estados brasileiros² entre fev-jun/09. Esses estados receberam R\$ 655,7 milhões para ações da Defesa Civil e obras de recuperação de rodovias e portos; R\$ 7,8 milhões para aquisição de 157 mil cestas de alimentos; e materiais de ajuda humanitária no valor de R\$ 37,2 milhões.
- Os estados do AM, MT, MS, PA, TO, GO e RO receberam R\$ 72,4 milhões para obras emergenciais de recuperação de danos.

Estiagem no Sul do Brasil

- Produção agrícola foi o setor mais prejudicado pela seca. Agricultores familiares³ são beneficiados com R\$ 940 milhões para:
 - Renegociação das parcelas de custeio do Pronaf da safra 2008/2009 não cobertas por seguro;
 - Prorrogação dos demais contratos de investimento e custeio do Pronaf por mais um ano após o vencimento;
 - Linha de crédito emergencial de até R\$ 2 mil por família, com taxa de juros de 0,5% a.a. e prazo de reembolso de até dois anos;
 - Venda de milho pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao preço mínimo de R\$ 16,50 a saca de 60 kg, para apoio à alimentação animal;
 - Além desses, mais R\$ 471 milhões são liberados para pagamento do Seguro Proagro Mais na safra 2008/2009.
- Assinados convênios com 276 municípios no RS e 108 em SC para construção de açudes, pequenas barragens, cisternas, sistemas de abastecimento de água e poços artesianos⁴.
- Inclusão, no PAC, da construção da barragem de Arvorezinha, em Bagé (RS) – ação voltada para a solução da escassez de água.
- Governo Federal define, junto com governantes da região, ações estruturais de conversão produtiva para convivência com a seca – nos últimos dez anos, o Sul foi afetado sete vezes pela estiagem.

Exigências para atendimento a emergências são simplificadas

A Lei 11.775/08, regulamentada pelo Decreto 6.663/08, tornou obrigatórias as transferências da União aos entes federados em estado de calamidade ou situação de emergência e reduziu de 21 para quatro os documentos exigidos para liberação dos recursos. Ações estruturantes do Governo Federal simplificam procedimentos para o repasse e aceleram a execução dos investimentos. **Mais informações: www.portalfederativo.gov.br.**

1. BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RJ, RR, RS, SC, SP e TO.

2. AC, AL, AM, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, SC e SE.

3. Em municípios que decretaram situação de emergência até 13mai/09 e que a Defesa Civil Estadual tenha homologado até 15jun/09.

4. Convênios com prefeituras dependem do encaminhamento de plano de trabalho pelo governo estadual, da qualidade dos projetos e do enquadramento da situação nas regras da Defesa Civil.

RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

Mais recursos, maiores prazos e menos burocracia para os municípios

Leis aprovadas em 29jun/09 criam condições para renegociação de dívidas e simplificam os procedimentos para repasses financeiros. A Lei 11.960/09¹ permite que prefeituras parcelam suas dívidas com o INSS. A medida beneficiará cerca de quatro mil prefeituras, cujas dívidas somam R\$ 30 bilhões. Já a Lei 11.945/09² facilita o repasse de recursos para convênios firmados com a União.

Parcelamento das dívidas com o INSS

- A Lei 11.960/09 permite a renegociação dos débitos vencidos até 31jan/09, com eliminação da multa moratória, de ofício e redução de 50% dos juros de mora.
- Número de parcelas: até 240 meses (20 anos) para débitos de contribuições sociais, excetuadas as relativas ao trabalhador segurado, limitadas em até 60 meses.
- O número mínimo de parcelas foi reduzido para 60 meses, uma reivindicação das capitais. Antes era fixado pelo valor, sendo 1,5% da média mensal da receita líquida do município.
- Carência de seis meses para pagamento da primeira parcela para cidades com até 50 mil habitantes e de três meses para cidades com mais de 50 mil.
- A Certidão Negativa de Débitos (CND) condicionada à regularização dos débitos será emitida em até dois dias úteis após a formalização da opção de parcelamento e terá validade de 180 dias.
- Em casos de calamidade pública, as prefeituras ficam dispensadas de apresentar CND para receberem recursos para ações de assistência social, educação e saúde.

União facilita repasse para execução de convênios

- A Lei 11.945/09 facilita a transferência de recursos e simplifica os procedimentos para o repasse e financiamentos a prefeituras, inclusive para contratações e negociações de dívidas.
- As prefeituras deverão ser notificadas sobre irregularidades até 45 dias antes da inscrição da pendência no cadastro negativo de débitos, podendo, nesse prazo, contestar as inadimplências e irregularidades. Enquanto estiverem em análise, novos convênios poderão ser feitos.
- As alterações constarão no Cadastro Único de Convênios (Cauc) e demais sistemas de consulta de informações. Os órgãos federais terão até um ano para adaptar seus sistemas e procedimentos.
- A CND só será exigida quando for firmado novo convênio ou quando houver revisão ou aditamento do mesmo. Portanto, municípios inadimplentes com a União continuarão a receber recursos obedecendo ao cronograma de desembolso preestabelecido do convênio ou contrato de repasse.
- Independentemente da regularidade fiscal, os municípios poderão obter crédito com instituições financeiras públicas, incluídas contratações e negociações de dívidas, até seis meses da publicação da lei; e os recursos poderão ser liberados por até 18 meses.

Municípios recebem recursos para compensar redução dos repasses do FPM em 2009

- Municípios receberão, ao longo do ano, através de repasses mensais a título de ajuda financeira, os mesmos valores repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 2008.
- Já foram repassados R\$ 952,8 milhões relativos aos meses de janeiro a maio de 2009³.

Municípios fortalecidos

Com as novas leis, o Governo Federal garante aos municípios mais recursos e amplia sua capacidade de investimento. Essas medidas fortalecem os municípios brasileiros e criam melhores condições para o País enfrentar a crise econômica. **Mais informações: www.portalfederativo.gov.br.**

1. Conversão da MP 457/09.

2. Conversão da MP 451/08.

3. MP 462/09.

GESTÃO PÚBLICA

Eficiência, simplificação e melhoria do atendimento ao cidadão

Uma administração participativa, transparente e republicana é o foco da agenda para aprimoramento da gestão pública do Governo Federal. Diversas medidas, listadas abaixo, contribuem para melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do País.

Gasto público – modernização do sistema de administração

- Portal dos Convênios (www.convenios.gov.br): simplifica e torna transparente o processo de transferência voluntária de recursos para estados e municípios.
- Transparência dos gastos com a implantação, em 1ºjun/09, do Sistema de Cartão de Pagamento¹;
- Adoção do Estatuto das Pequenas e Micro Empresas².
- Pregão eletrônico: R\$ 11,4 bilhões deixaram de ser gastos desde 2003. Racionaliza as compras públicas e reduz preços médios, estoques, perdas e dependência de fornecedores.

Processos – simplificação e aperfeiçoamento

- Fortalecimento das centrais de atendimento ao cidadão³.
- Estratégia de Simplificação do Comércio Exterior: integração de processos de despacho aduaneiro, de inspeção e movimentação de cargas entre órgãos federais em fronteiras, portos e aeroportos.
- Reestruturação do sistema de licenciamento ambiental.

Tecnologia da informação – aprimoramento e consolidação da rede de comunicação

- Instrumentos de comunicação e gestão eletrônicos: portal do *software* público brasileiro; portal comprasnet, com certificação digital; portal de convênios; implementação do sistema de concessão de diárias e passagens, com certificação digital; Projeto Padrões Brasil e-Gov, com recomendações para o desenvolvimento de sítios eletrônicos; e arquitetura e-Ping⁴ (www.governoeletronico.gov.br).

Força de trabalho – foco na profissionalização do serviço público

- Novas carreiras para as áreas social e de infraestrutura, reestruturação dos planos de cargos e carreiras com realinhamento salarial; implementação da Política de Desenvolvimento de Pessoal.
- Nova sistemática de contratação temporária atende à demanda por funções sazonais e substitui terceirizados irregulares; profissionalização de funções de direção⁵, com prioridade para servidores de carreira.
- Estruturação do regime de previdência e implantação do sistema de saúde ocupacional do servidor.

Incentivos – avaliação de desempenho institucional

- Estão em regulamentação: a implantação de metas por desempenho para organizações e para o servidor; demissão por insuficiência de desempenho⁶; definição de situações de conflito de interesses de servidores, impedimentos posteriores ao exercício dos cargos e acesso a informação privilegiada⁷.

2009 – Ano Nacional da Gestão Pública

Mobilização para uma gestão pública eficiente envolveu a criação do novo Portal da Gestão Pública (www.gespublica.gov.br) e a realização do 1º Fórum Nacional dedicado ao Ano Nacional da Gestão Pública, em 30abr/09, que reuniu as três esferas de governo, os três poderes, a iniciativa privada e o terceiro setor. **Mais informações: www.governoeletronico.gov.br.**

1 Portadores do cartão podem detalhar cada gasto realizado e o uso de saque é limitado.

2 Define a destinação de 25% do orçamento para contratação de micro e pequenas empresas nas licitações e a prioridade nos empates nos pregões eletrônicos.

3 Serviço de atendimento público que reúne em um só local diversos órgãos e empresas, facilitando a vida do contribuinte.

4 Padrão de Interoperabilidade de Governo Eletrônico: estabelece padrões para permitir troca de informações entre órgãos de governo e disponibilização pública.

5 Com definição de percentuais mínimos dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) a serem preenchidos por servidores públicos. Atualmente, 70% dos cargos comissionados são ocupados por servidores com vínculo.

6 PLC 248/98, em tramitação no Congresso, disciplina a avaliação de desempenho para fins de aquisição da estabilidade no serviço público.

7 PL 7.528/06, em tramitação no Congresso.

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

4

**BIBLIOTECA: ARTIGOS,
DISCURSOS E PESQUISAS**

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou **www.brasil.gov.br**

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br com a palavra "incluir" no campo assunto.

PRESIDENTE NA UNIÃO AFRICANA

Sirte-Líbia, 1º de junho de 2009

Discurso do excelentíssimo senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 13ª Assembléia da União Africana.

Excelentíssimas senhoras e excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo,
Meu caro senhor Jean Ping, presidente da Comissão da União Africana,
Excelentíssimos senhores convidados oficiais,
Senhoras e senhores participantes da 13ª Cúpula da União Africana,
Amigos e amigas da mesa,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento. É uma honra poder ocupar as prestigiosas tribunas da União Africana. Aqui ganham força e unidade as vozes de um continente, berço da humanidade, determinado a construir o seu próprio destino.

O Brasil muito aprecia o papel da União Africana na promoção da paz e da democracia na África. Admiramos, sobretudo, a persistência e a (incompreensível) dos ganhos cumulativos que norteiam os nichos africanos. Não se constrói um continente em harmonia do dia para a noite. Consolidar a democracia é um processo evolutivo. O Brasil aplaude a crescente conscientização de que ninguém melhor do que os africanos para lidar com seus próprios problemas e elaborar suas próprias soluções.

A África dá mostras de maturidade e de apego aos valores comuns que inspiraram os próceres da unidade africana, ao chamar a si a responsabilidade pela consecução dos objetivos desta organização. Respalamos o salutar envolvimento das organizações regionais africanas na busca de caminhos para o progresso pacífico de seus membros. Sabemos também que não é simples respeitar os desafios da paz, da estabilidade e da segurança diante de conflitos, muitos deles herdados do colonialismo ou fomentados pela ganância externa. Os esforços e iniciativas da União Africana na promoção do diálogo em mediações em missões de paz merecem o apoio de todos.

Senhoras e Senhores,

Trago às nações africanas a saudação amiga de todos os brasileiros, não apenas dos 66 milhões de afrodescendentes ou dos 7 milhões de árabes que vivem em meu país. Herdamos da África uma cultura que impregna nossa língua, nossos corpos, nossa culinária, nossa música e nossa religião. Está presente na forma de sentir e de agir dos brasileiros. É genuíno e recíproco o sentimento de fraternidade que nos une. Está viva na minha memória a emoção que senti ao visitar a Ilha de Gorée, no Senegal, de onde partiram milhares de africanos escravizados para o Brasil. Aquele passado doloroso deve ser nosso permanente alerta quanto às opressões e injustiças cometidas contra a África.

A prioridade para as relações com a África, decidida pelo meu governo, passou a ser política de Estado. Ela vai além dos discursos e das expressões de simpatia. Ela está respaldada por ações concretas. O Brasil não vem à África para expiar a culpa de um passado colonial. Tampouco vemos a África como extensa reserva de riquezas naturais a ser explorada. O Brasil deseja ser parceiro em projetos de desenvolvimento. Queremos compartilhar experiências e lições, somar esforços e unir capacidades.

Só assim nos tornaremos atores e não meras vítimas na transformação da atual ordem mundial. Tenho me dedicado pessoalmente a esse objetivo. Realizei dez viagens ao continente africano, estive em mais de (incompreensível) países. Hoje temos 34 embaixadas em países africanos.

Brasília é uma das capitais do mundo com maior número de embaixadas africanas. Espero ver concretizada em breve a abertura do escritório da União Africana em nosso país. A força da África não está apenas em seu imenso potencial de riquezas naturais. Reside na sua diversidade e na capacidade de seu povo. Cada país tem sua realidade e suas especificidades.

PRESIDENTE NA UNIÃO AFRICANA

Senhoras e senhores,

Temos desafios similares de desenvolvimento. Várias das questões socioeconômicas que mais afligem o continente estão também sendo enfrentadas no Brasil. Combater a fome e a pobreza, garantir a segurança alimentar e lutar por igualdade social não são questões que aprendemos apenas nos livros. Tratamos desses temas com nossos irmãos africanos a partir de experiências vividas.

A cooperação Sul-Sul, a um só tempo linha de defesa e força de ataque contra as assimetrias, as distorções, (incompreensível) e à (incompreensível) que persiste na ordem mundial. Por isso mesmo nossa cooperação tem que estar voltada para a capacitação de transferência de conhecimento por iniciativas sustentáveis e respeito às prioridades e condições locais.

Senhores chefes de Estado e chefes de Governo,

Muito me alegra que esta Cúpula tenha escolhido como tema central a importância do investimento em agricultura para o crescimento econômico e a segurança alimentar. Reitero o compromisso de meu governo de ajudar a África a promover sua própria revolução verde. Com esse objetivo abrimos em Gana um escritório da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que fez do Brasil uma potência agrícola mundial. A mesma transformação tecnológica e de possibilidades que realizou no cerrado brasileiro, a Embrapa poderá reproduzir na savana africana. Essa revolução não se faz sem a agricultura familiar e a geração de emprego e renda no campo. A experiência brasileira demonstra que a produtividade da pequena agricultura e a sustentabilidade da produção de alimentos são fundamentais para erradicar a Fome. Investimos em agricultura que gera empregos. Investimentos em agricultura, que gera empregos, são a melhor forma de garantir vida digna aos nossos cidadãos. Não se pode considerar (incompreensível) sem (incompreensível) seus condicionantes socioeconômicos. É gerando oportunidades de trabalho decente que poderemos (incompreensível) seus aspectos (incompreensível).

Outra revolução que podemos realizar juntos é a da bioenergia. Não me canso de repetir que a produção e o consumo de biocombustíveis dentro de padrões sociais e ambientais criteriosos trarão benefícios exponenciais para os países e os povos africanos. Por essa razão, encomendei estudos para a instalação na África de uma unidade produtiva de cana-de-açúcar articulada a uma usina-piloto de etanol. Investimos em tecnologia e gestão. Investimentos em tecnologia e gestão são também as melhores respostas para enfrentar a competição desleal do subsídio dos países ricos.

Estamos implantando no Mali uma fazenda-modelo de produção de algodão para capacitar pesquisadores desses países, assim como os de Burkina Fasso, Chade e Benin, os quatro países que mais sofrem com essa concorrência predatória. Graças a esse instrumento que assinaremos hoje, vamos estender essa iniciativa a outros países africanos. Estou convencido de que não é necessário ser (incompreensível) para ser solidário. É minha preocupação permanente que a cooperação com a África tenha um forte caráter de solidariedade.

Inauguramos em Maputo um escritório da Fiocruz, centro de referência mundial em medicamentos e política de saúde pública. No final deste ano, abriremos também em Moçambique uma fábrica de medicamentos genéricos e antirretrovirais com recursos, equipamentos e tecnologia brasileira. Com a próxima inauguração da universidade afro-brasileira, vamos formar cinco mil profissionais nas áreas de saúde, agricultura e gestão pública. Gerações de africanos e brasileiros aprenderão juntos a construir um futuro mais saudável e próspero para nossos povos.

Temos defendido a conclusão da Rodada de Doha como meio de fazer da agricultura um instrumento de desenvolvimento. O Brasil (incompreensível) 4ª Rodada acesso aos (incompreensível), livre de tarifas e de impostos para produtos originários dos países de menor desenvolvimento (incompreensível).

Senhoras e senhores,

Nos dias em que vivemos, a crise financeira e econômica mundial revela a fragilidade e o caráter perverso da sua ordem internacional. É o momento de africanos e brasileiros se dedicarem conjuntamente a propor novos padrões de desenvolvimento econômico e social. Sem ingerências externas devemos forjar nossa inserção soberana no mundo.

PRESIDENTE NA UNIÃO AFRICANA

A 2ª Cúpula África-América do Sul, em Caracas, em setembro próximo, será a oportunidade para reafirmar nosso compromisso em fazer dos nossos continentes um eixo central nas relações Sul-Sul.

Meus amigos,

Vivemos numa época de quebra de paradigmas. O Consenso de Washington fracassou. As instituições e pessoas que sempre foram pródigas em nos dar conselhos, estão hoje contabilizando a falência de suas políticas. Durante muito tempo os países ricos nos viram apenas como uma periferia distante e problemática. Hoje somos parte essencial na solução da maior crise econômica das últimas décadas, uma crise que não criamos, uma crise que nasceu no seio do capitalismo mundial, por obra da anarquia dos mercados e da irresponsabilidade de governantes que não souberam regulá-los.

A ordem mundial não é mais pautada por algumas poucas economias dominantes. Sem os países em desenvolvimento não será possível a abertura de um novo ciclo de expansão que combine crescimento, combate à fome e à pobreza, redução das desigualdades, preservação ambiental e maior equilíbrio entre as nações. Essas devem ser as prioridades da nova agenda internacional. Esta é a hora para reconstruir as instituições globais em bases mais democráticas. Contamos com a África para redefinir as governanças das instituições multilaterais, para torná-las mais representativas, legítimas e eficazes.

No G-20 financeiro, defendemos mais recursos para o comércio Sul-Sul, em particular para o comércio dos países mais pobres. Tenho me dedicado pessoalmente para que a temática do emprego e da geração de oportunidade de trabalho estejam no centro das discussões. É preciso pôr fim às condicionalidades perversas que se impuseram no passado aos países em desenvolvimento. (incompreensível) ação dos países emergentes que integram o G-20, inclusive os que recentemente realizaram empréstimo ao Fundo Monetário Internacional.

É hora de promover... É hora de remover as amarras do protecionismo e as anomalias que (incompreensível) o comércio agrícola. Contamos com o apoio do grupo africano aos esforços do G-20 e da OMC para garantir um resultado justo e equilibrado para as negociações. Nossa união também é fundamental nas discussões sobre a mudança do clima. É inadmissível que nós sejamos as principais vítimas da recusa dos grandes poluidores do mundo desenvolvido em assumir seus compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Mais que qualquer outro continente, a África reconhece os efeitos perversos do distanciamento da autoridade, do Conselho de Segurança. É de interesse de todos reformá-lo para aumentar a presença de países em desenvolvimento, inclusive africanos, entre os seus membros permanentes.

Senhoras e senhores chefes de Estado,

O fato de a África ser uma das prioridades da política externa brasileira não se deve apenas aos profundos laços que nos unem. Essa decisão de meu governo leva em conta, sobretudo, o enorme potencial deste continente-irmão e o dinamismo de sua sociedade. Com a criatividade de seus 800 milhões de habitantes e seu imenso e rico território, a África tem um futuro extraordinário. Sinais importantes desse futuro já podem ser vistos hoje. O destino do Brasil está profundamente associado ao deste continente como esteve no passado. É significativa a lição que nos deixou (incompreensível). Dizia ele: "Se você não gosta da história contada por alguém, escreva a sua própria". É isso que a África e o Brasil estão fazendo, é isso que o Brasil está fazendo, e é isso que nós estamos fazendo juntos.

Meu caro irmão Kadafi,

Meus caros delegados,

Convidados,

Chefes de Estado.

Eu não poderia terminar o meu discurso sem dizer algumas coisas importantes. Primeiro, queria pedir que esse encontro, no seu documento final, tivesse o repúdio ao golpe de Estado que aconteceu em Honduras, no último domingo, e a exigência para que o Presidente eleito

PRESIDENTE NA UNIÃO AFRICANA

democraticamente possa voltar ao seu lugar. Segundo, não poderia deixar de estender um convite aqui, a pedido do presidente Chávez, para que todos os presidentes africanos estejam em Caracas no mês de setembro, para o encontro África-América do Sul.

Terceiro, queria propor, em função do tema discutido aqui, que nós pudéssemos realizar um encontro de ministros da Agricultura de toda a África, no Brasil, para que nós pudéssemos aprofundar as possibilidades de parceria da revolução agrícola (incompreensível) que o Brasil fez com os companheiros africanos.

E por último um pedido aos companheiros dirigentes africanos. O Brasil está reivindicando sediar as Olimpíadas de 2016 no Brasil. Estamos disputando com Chicago, Tóquio e Madri. E nós gostaríamos de pedir a todos os presidentes africanos que têm dirigentes do COI, que se pudessem votar no Rio de Janeiro antecipadamente, nós agradeceríamos e já convidaríamos vocês a participar da Olimpíada.

Muito obrigado.

PETRÓLEO NO BRASIL

Descobertas de petróleo – da terra até as águas profundas

Veja abaixo a cronologia das principais descobertas de campos de petróleo, de 1939 até o pré-sal.

Antes da criação da Petrobras

- 1939: Campo de Lobato (BA) – 1ª acumulação de petróleo (campo não foi considerado comercial).
- 1941: Campo de Candeias (BA) – 1º campo comercial de petróleo.

Fase das descobertas em terra

- 1954: criação da Petrobras – produção de 2,7 mil barris/dia (3% da necessidade nacional).
- 1963: Campo de Carmópolis (SE) – descoberta na Bacia Sedimentar Sergipe-Alagoas.
- 1968: Campo de Guaricema (SE) – primeira descoberta em alto-mar brasileiro.

Fase das descobertas em águas rasas

- 1974: Campo de Garoupa – descoberta de campo de petróleo na Bacia de Campos.
- 1978: Campo de Juruá (AM) – descoberta de campo de gás no Alto Amazonas.

Fase das descobertas em águas profundas

- 1984-1996: Campos gigantes de Albacora e Marlim – Bacia de Campos, Marlim Sul e Marlim Leste, Albacora Leste, Barracuda-Caratinga e Roncador.

Fase do pré-sal

- Jul/05: primeiros sinais de petróleo encontrados no pré-sal no bloco Parati – Bacia de Campos.
- Jul/06: novo depósito de petróleo encontrado em Tupi, Bacia de Santos. Em outubro, foram anunciados os resultados do primeiro teste do poço.
- 2007: novos depósitos de petróleo leve encontrados na Bacia de Santos nos campos de Caxaréu, de Pirambu e nos blocos Carioca e Caramba. A análise do segundo poço do bloco de Tupi indicou volumes recuperáveis entre cinco e oito bilhões de barris de petróleo e de gás natural.
- 2008: novo depósito de gás natural e condensado foi encontrado no bloco Júpiter; comprovada presença de petróleo leve nos blocos Bem-Te-Vi, Guará, Iara; e descoberto grande depósito de petróleo leve e gás em Júpiter e de petróleo leve no Parque das Baleias.
- Set/08: 1º óleo da camada pré-sal no Campo de Jubarte, na Bacia de Campos, no Espírito Santo.
- Mai/09 – 1ª extração de petróleo em Tupi – marco na exploração em águas ultraprofundas.

Evolução das reservas provadas de petróleo no Brasil



Fonte: Petrobras

POBREZA METROPOLITANA

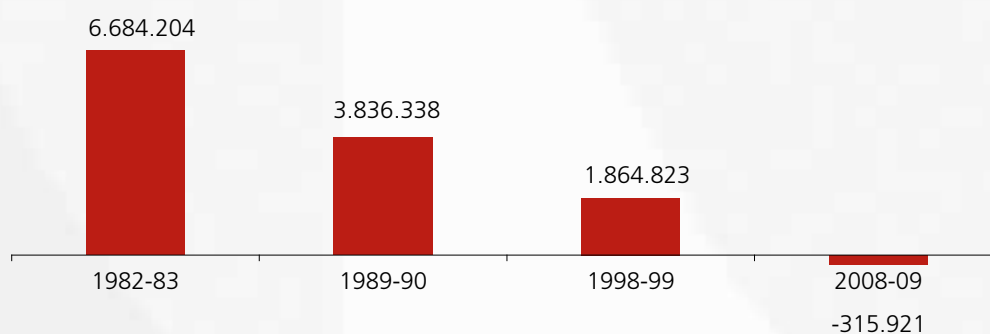
Pobreza cai nas regiões metropolitanas, mesmo com a crise internacional

Estudo do Ipea¹ mostra que, apesar da desaceleração econômica causada pela crise internacional, a pobreza manteve-se em declínio nas principais regiões metropolitanas do País.

Resultados

- A pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil² apresenta tendência de queda desde abr/04.
 - Entre mar/02-abr/04, a quantidade de pobres aumentou 2,1 milhões, enquanto no período abr/04-mar/09 caiu em quase 4,8 milhões.
 - Entre mar/02-abr/04, a taxa de pobreza passou de 42,5% do total da população para 42,7% (+0,5%). Em mar/09, caiu para 30,7% (-28,1% frente a abr/04).
- Até mar/09, a crise internacional não provocou interrupção na tendência de queda da taxa de pobreza.
 - A taxa de 30,7%, em mar/09, foi 1,7% menor que a de mar/08. Nesse período, houve redução de 670 mil pobres.
 - Nos primeiros seis meses de manifestação da crise (out/08-mar/09), o número de pobres diminuiu em quase 316 mil.
 - A taxa de pobreza entre os desempregados caiu 2,5%, de out/08-mar/09, indicando que a piora do mercado de trabalho devido à crise não atingiu ainda os segmentos de menor rendimento.
- Nos últimos quatro períodos de alta desaceleração econômica (1982-83, 1989-90, 1998-99 e 2008-09), apenas o quarto não apresentou aumento no número de pobres, que alcança cerca de 34% da população do País.
- Possíveis razões para a continuidade da queda da pobreza metropolitana mesmo com a crise: elevação real do salário mínimo e uma rede de garantia de renda aos pobres.

Brasil Metropolitano - Variação do Número de Pobres por Períodos de Desaceleração Econômica Selecionado



Metodologia do Estudo

- Utiliza dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

1. Ipea – Pobreza e crise econômica: o que há de novo no Brasil metropolitano: [www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas21\[1\].pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas21[1].pdf)

2. Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

RETRATO SOCIAL – COMPARATIVO

Comparativo 2002 e 2007 de indicadores sociais selecionados da PNAD

Indicador	2002	2007¹	Variação (%)
Abastecimento de água (% domicílios)	82,0	84,3	+3
Esgotamento sanitário (% domicílios)	46,5	52,0	+12
Lixo coletado (% domicílios)	84,8	88,4	+4
Iluminação elétrica (% domicílios)	96,7	98,5	+2
Telefone (% domicílios)	61,7	77,7	+26
Máquina de lavar roupa (% domicílios)	34,0	40,0	+18
Televisor (% domicílios)	90,0	94,8	+5
Microcomputador (% domicílios)	14,2	27,0	+90
Microcomputador com acesso à internet (% domicílios)	10,3	20,4	+98
Taxa de fecundidade (filhos nascidos vivos por mulher)	2,26	1,95	-14
Taxa de escolarização – pessoas de 7 a 14 anos (% população)	96,9	97,7	+1
Taxa de analfabetismo – maiores de 15 anos (% população)	11,8	9,9	-16
Número médio de anos de estudo – pessoas de 10 anos ou mais (% população)	6,3	7,0	+11
Taxa de desocupação (% população)	9,2	8,2	-11
Contribuintes da Previdência Social (% população ocupada)	45,0	51,1	+14
Trabalho infantil (% pessoas ocupadas na população de 5 a 17 anos)	12,6	10,6	-16
Rendimento médio real dos trabalhadores (R\$)	899	960	+7

1. Dados harmonizados com 2002 (exclui região Norte rural) para permitir comparação. Obs.: Os dados referentes ao ano de 2008 serão divulgados pelo IBGE em set/09.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

Novas desonerações fiscais e medidas de estímulo à economia já estão em vigor

Em 29jun/09, o Governo Federal anunciou uma série de medidas de estímulo à produção e ao consumo, para acelerar a recuperação do País frente à crise internacional. Veja aqui o conjunto destas medidas. Na primeira parte, constam as medidas adotadas em 2008 e 2009 para enfrentamento dos efeitos da crise financeira internacional. Na segunda, o elenco de medidas adotadas desde 2003 para melhorar o ambiente de negócios, reduzir a burocracia e ampliar o crédito. Na terceira, as medidas em tramitação no Congresso Nacional. Veja, também, na pág. 18, as medidas voltadas para o desenvolvimento produtivo.

1 – Medidas para enfrentar a crise financeira internacional

I – Desonerações

- Prorrogação da desoneração do IPI sobre veículos, iniciada em dez/08. A prorrogação é por três meses para automóveis (até 30/set/09), sendo que haverá retorno gradual para alíquotas anteriores no último trimestre do ano. Renúncia estimada para 2009: R\$ 1,4 milhão (29jun/09).
- Prorrogação da desoneração do IPI sobre produtos da linha branca (até 31out/09). Renúncia estimada para 2009: R\$ 203 milhões (29jun/09). Itens desonerados:
 - Fogões: menos 5 pontos percentuais (p.p.);
 - Geladeiras, menos 10 p.p.;
 - Máquinas de lavar, menos 10 p.p.;
 - Tanquinhos, menos 10 p.p..
- Prorrogação da desoneração do PIS-Cofins sobre motos por três meses (até 30set/09). Renúncia estimada para 2009: R\$ 54 milhões (29jun/09).
- Prorrogação da desoneração do PIS-Cofins incidente sobre trigo, farinha de trigo e pão francês por 18 meses (até 31dez/10). Renúncia estimada somente para o ano de 2009, R\$ 192 milhões (29jun/09).
- Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos da linha branca (17abr/09) e aumento do IPI sobre cigarros, visando compensar perda de receita (30mar/09).
- Redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do PIS/Cofins no financiamento de motocicletas (30mar/09).
- Redução temporária da alíquota do IPI sobre carros populares e sobre carros de 1 mil a 2 mil cc. Desoneração estimada: R\$ 1 bilhão (11dez/08). Prorrogada para dez/09.
- Novas alíquotas do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (de 7,5% e de 22,5%) e reajuste de 4,5% nas faixas salariais. Total: R\$ 4,9 bilhões (11dez/08).
- Redução de IOF sobre crédito geral ao consumidor, de 0,0081% ao dia para 0,0041% ao dia. Total: R\$ 2,5 bilhões (11dez/08).
- Redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em 1,5% para aplicação de capital estrangeiro em renda fixa (out/08), além de redução para crédito direto a pessoa física (11dez/08).
- Redução de IOF sobre operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos e valores mobiliários para estimular oferta de moeda estrangeira (Decreto 6.613/08).

II – Medidas para melhorar a liquidez e o ambiente de negócios

- Lei 11.908/09 autoriza o Banco Central do Brasil a realizar operações de *swap*¹ de moedas com bancos centrais de outros países; disponibilização de US\$ 30 bilhões com o FED², estendida de jun/09 até fev/10.
- Fundo Garantidor de Crédito: melhoria das condições de modo a ajudar os bancos pequenos e médios (23abr/09).

1. *Swap* é um acordo para troca de fluxos de caixa no futuro.

2. FED: Federal Reserve – o Banco Central Americano.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Mercado Cambial: realizados leilões de linha de câmbio para fornecer liquidez ao mercado. US\$ 25 bilhões líquidos injetados no sistema bancário até 4mai/09.
- Redução dos depósitos compulsórios bancários (out/08) e agilização das operações entre bancos.
- Autorização ao Banco Central para disponibilizar parte das reservas internacionais na ampliação das fontes de financiamento de empresas brasileiras no exterior (Lei 11.882/09, Resoluções CMN 3.672/08 e 3.689/09).
- Autorização ao BB e Caixa para constituir subsidiárias e adquirir participação em instituições financeiras (Lei 11.908/09).
- Mudança na linha de redesconto³ permitiu concessão de empréstimos em moeda estrangeira lastreados em garantias também em moeda estrangeira; aumentou prazo para liquidação de contratos de câmbio de exportação; facilitou acesso das instituições com dificuldades de liquidez a recursos do Banco Central (out/08).
- Autorização de empréstimos em moeda estrangeira para pagamento de obrigações próprias de empresas e instituições financeiras brasileiras (Lei 11.882/08).
- Mudança na forma de recolhimento de compulsório sobre depósitos a prazo (Circulares BCB 3.407/08, 3.411/08, 3.414/08, 3.417/08, 3.421/08 e 3.427/08).
- Suspensão da exigência de Certidão Negativa de Débito (CND) por seis meses, para empréstimo nos bancos públicos (MP 451/08).

III – Incentivo à produção e ao investimento

- Criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros. Dispõe ainda sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas (Lei 11.977 de 7jul/09).
- Linha de crédito do Banco do Brasil para Micro e Pequenas Empresas: ampliação das linhas de crédito adicional de R\$ 11,6 bilhões (R\$ 8 bi já no segundo semestre 2009); elevação dos limites de crédito para 303 mil empresas (29jun/09).
- Fundo Garantidor da Indústria Naval: ampliação do volume de recursos de R\$ 1 bilhão para R\$ 5 bilhões (recursos do Tesouro Nacional). Objetivo: garantir o crédito e o desempenho das empresas (13mai/09).
- Nova linha de crédito⁴ para garantir a exportação brasileira. BNDES deverá ser o agente operador (13ma/i09).
- Minha Casa, Minha Vida: subsídio para moradia (R\$ 16 bilhões da União); subsídio do FGTS (R\$ 2,5 bilhões da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS); financiamento à infraestrutura (R\$ 5 bilhões da União), Fundo Garantidor (R\$ 2 bilhões da União), financiamento à cadeia produtiva (R\$ 1 bilhão do BNDES) (25mar/09).
- Incremento do Programa de Investimentos da Petrobras (R\$ 111 bilhões em novos projetos, totalizando R\$ 340,5 bilhões).
- Alteração no Programa Revitaliza⁵, com melhoria das condições de financiamento (13mar/09).
- Seguro-desemprego: duas parcelas a mais a trabalhadores que perderam emprego em setores com maior redução de postos de trabalho (24mar/09).
- Linhas de crédito do BNDES: melhoria das condições de apoio para aquisição de bens de capital da linha Finame (como aumento do financiamento até 100% na compra de bens de capital), ampliação de prazo em linhas de capital de giro PEC e pré-embarque e ampliação de limite por empresa (10fev/09).
- Bolsa Qualificação: nova metodologia para pagamento do programa (fev/09).

3. Créditos de emergência do Banco Central.

4. Já existe linha no Programa de Financiamento às Exportações (Proex), mas é limitada em US\$ 1,2 bilhão de garantia para crédito à exportação.

5. Programa de Apoio à Revitalização de Empresas, do BNDES.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Promoção da competitividade de micro, pequenas e médias empresas, com melhorias nas condições do Cartão BNDES: aumento do limite para R\$ 500 mil, redução de juros e ampliação de prazo de amortização para 48 meses (29jan/09).
- Microempreendedor Individual – MEI: alteração da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional; instituição da figura do microempreendedor individual – pessoas com rendimento anual de até R\$ 36 mil (31dez/08).
- Ampliação do limite de financiamento, via Caixa, para aquisição de material de construção para R\$ 25 mil (nov/08).
- Ampliação do Fundo da Marinha Mercante: mais R\$ 10 bilhões para financiamento da indústria naval (7out/08).

IV – Poupança de longo prazo e ampliação de crédito

- Redução dos juros de linhas de capital de giro, pré-embarque e empréstimo-ponte do BNDES. As linhas são destinadas à concessão de empréstimo-ponte para projetos de infraestrutura. Micro, pequenas e médias empresas não pagam a taxa de intermediação financeira. Limite por empresa: R\$ 200 milhões. Prazo total: 36 meses, sendo 12 de carência (14mai09).
- Redução da meta de superávit primário em 2009: redução de 0,75% na meta da União, que exclui a Petrobras, e de 0,05% na de estados e municípios. Medida permite maior folga para investimentos (15abr/09).
- Recursos adicionais para os municípios: R\$ 1 bilhão (abr/09).
- Antecipação das cotas Fundeb para os estados (abr/09).
- Abertura de crédito adicional para estados: R\$ 4 bilhões no BNDES (17abr/09).
- Aumento dos empréstimos de bancos públicos.
- Oferta de linha de R\$ 400 milhões (200 do FAT e 200 do Banco do Brasil) para capital de giro de concessionárias de veículos usados, mediante garantia de manutenção de emprego (3mar/09).
- Mais recursos (R\$ 100 bilhões) para o BNDES e repasse linha de R\$ 5 bilhões do Banco Mundial (MP 453/09, jan/09).
- Crédito ao BNDES até R\$ 3 bilhões destinado à abertura de crédito para capital de giro de empresas contratadas pelos Governos Federal, estaduais ou municipais, para execução de obras de infraestrutura do PAC (Lei 11.908/09).
- Recursos de R\$ 4 bilhões do Banco do Brasil para bancos de montadoras (dez/08).
- Destinados R\$ 3 bilhões do Banco do Brasil para capital de giro no setor de autopeças e operação de crédito consignado a financiamento imobiliário (19dez/08).
- Fundo Soberano do Brasil. Objetivos: (I) mais recursos para formar a poupança pública; (II) mitigar efeitos dos ciclos econômicos; (III) promover investimentos em ativos; e (IV) fomentar projetos de interesse estratégico no exterior (18dez/08).
- Linha de financiamento imobiliário, por parte do BB e da Caixa, para servidores públicos da União (até R\$ 4 bilhões de cada instituição, nov/08).
- Linha de capital de giro da Caixa com R\$ 3 bilhões, com recursos da poupança habitacional e garantia da União (out/08).
- Permissão para aplicação de até 5% dos depósitos de poupança em operações de capital de giro para construção (out/08).
- Programa Especial de Crédito (PEC) do BNDES: nova linha de crédito para financiar capital de giro de empresas brasileiras. Dotação orçamentária de R\$ 6 bilhões e vigência prorrogada até 31dez/09.

V – Medidas na área agrícola

- Plano Safra 2009/2010 – Valor total de R\$ 107 bilhões, divididos entre Agricultura Familiar (R\$ 15 bilhões) e Agricultura Empresarial (R\$ 92 bilhões).
- Criação de linha especial de crédito de R\$ 1,3 bilhão para estocagem de álcool (16abr/09).

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Extensão do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar para operações de investimento do Pronaf a partir da safra 2008/2009. Ampliação do valor financiado pelo Pronaf Comercialização, de R\$ 2 milhões para até R\$ 10 milhões, quando destinado a cooperativas centrais (24abr/09).
- Criação de linhas especiais de crédito para financiamento de capital de giro a agroindústrias, cooperativas agropecuárias e indústrias de máquinas e implementos agrícolas: R\$ 10 bilhões (16abr/09).
- Reajuste de preços mínimos: café e trigo (nova safra); mandioca, milho e feijão (safra 2008/2009), entre outros (abr/09).
- Ampliação do prazo para pagamento e reestruturação do valor de parcelas para o FAT Giro Rural (mar/09).
- Prorrogação até 2020 do prazo para pagamento do Funcafé Dação (jan/09).
- Prodecoop⁶: ampliação dos recursos para R\$ 2 bilhões; permissão para operação de capital de giro não associado a investimento, até R\$ 1 bilhão; limite de crédito de R\$ 20 milhões por cooperativa e de R\$ 40 milhões para cooperativas centrais. Ampliação do limite de crédito de investimento até R\$ 50 milhões por cooperativa (R\$ 100 milhões para centrais), com disponibilização de R\$ 700 milhões (jan/09).
- Restabelecimento do Procapcred⁷ pelo BNDES, para o financiamento de quotas-partes por cooperados vinculados a cooperativas de crédito (jan/09).
- Linha de R\$ 500 milhões para produtores do Centro-Oeste; ampliação do limite de Empréstimos do Governo Federal (EGF), de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões (nov/08).
- Antecipação de desembolsos do BB e aporte de recursos adicionais de vários fundos (R\$ 5 bilhões); aumento do crédito direcionado com compulsório (de 25% para 30% – mais R\$ 5,5 bilhões) e direcionamento de recursos da poupança rural para agricultura (de 65% para 70% – mais R\$ 2,5 bilhões, out/08).
- Ampliação de prazo para renegociação de dívidas (após a Lei 11.775/2008).

2 – Medidas de 2003 a 2009

I – Para melhorar ambiente de negócios e reduzir a burocracia

- Zonas de Processamento de Exportações – ZPEs (Dec. 6.814/2009): regulamenta a Lei 11.508, de 20jul/07, e dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs.
- Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE (Decreto 6.634/08): regulamenta seu funcionamento.
- Setor de Turismo (Lei 11.727/08): medidas tributárias destinadas a estimular investimentos e modernização do setor.
- Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (Leis 11.774/08 e 11.786/08): incentivos fiscais e creditícios para diversos setores industriais.
- Cadastro Nacional de Empresas – CNE⁸ (nov/08): interligado à Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, desobriga empresários individuais e sociedades mercantis a fornecer informações cadastrais a outros órgãos de registro mercantil.
- Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim (11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas.
- Abertura do Mercado de Resseguro (LCp 126/07): possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras.
- Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis (Lei 11.638/07, que altera Lei das S/A): faz a convergência das práticas contábeis brasileiras para as normas internacionais de contabilidade – IFRS, aumentando significativamente o grau de responsabilidade dos profissionais que elaboram ou analisam balanços.

6. Prodecoop – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária.

7. Procapcred – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito do BNDES.

8. Primeira versão do aplicativo – de início disponível somente para órgãos públicos – lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC em 3dez/08.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Criação da Receita Federal do Brasil (Lei 11.457/07): unifica arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias.
- Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET⁹) (Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07): proíbem cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar CET; facilitam comparação de custos.
- Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED e Nota Fiscal Eletrônica (Decreto 6.002/07): menos burocracia e maior controle da arrecadação.
- Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional (LCp123/06): aprofunda desoneração e simplifica procedimentos de registro e legalização de empresas, compras públicas, inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): obriga instituição financeira a fornecer informações e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor.
- Obrigatoriedade da Conta Salário (Res. CMN 3.402/06): reduz custo do cliente por movimentar salário e fomenta concorrência entre instituições bancárias.
- PPP (Lei 11.079/04 e Decretos 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- Nova Lei de Falências (11.101/05 e LCp 118/05): possibilita rápida alienação de ativos de massa falida, evitando deterioração, sem prejuízo a credores.
- Novo modelo para setor elétrico (Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05): cria Empresa de Pesquisa Energética (EPE); dispõe sobre comercialização; cria carreiras em agências reguladoras e introduz biodiesel na matriz energética.
- Incentivo à Pesquisa e Inovação Tecnológica (Leis 10.973/04 e 11.196/05): facilita cooperação entre instituições tecnológicas e empresas.
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- Patrimônio de Afetação¹⁰ nas Incorporações Imobiliárias (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica.

II – Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- Súmula impeditiva de recursos (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; evita recursos de natureza protelatória.
- Execuções de títulos extrajudiciais (Lei 11.382/06): agiliza e previne fraude à execução judicial e elimina possibilidade de embargos protelatórios.
- Execução de sentença judicial (Lei 11.232/05): confere agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz procedimentos protelatórios.
- Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação e concorre para ampliar crédito.

III – Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- Juros pré-fixados nos financiamentos do SFH¹¹ (Lei 11.434/06): elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor contrato com maior previsibilidade.
- Consignado em folha para financiamento imobiliário (Decreto 5.892/06): estende operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

9. Cálculo que reflete totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil.

10. Capacidade de responder por obrigações financeiras.

11. Sistema Financeiro de Habitação.

ESTÍMULO À PRODUÇÃO

- Isenção de IR na troca de imóveis residenciais (Lei 11.196/05): reduz custo de transação e promove giro e liquidez no mercado.
- Novo regime de tributação da Previdência Complementar (Leis 11.053/04 e 11.196/05): incentiva formação de poupança de longo prazo. Isenta de Imposto de Renda aplicações dos fundos de pensão.
- Cédula de Crédito Bancário¹², Letra¹³ e Cédula de Crédito Imobiliário¹⁴ (Lei 10.931/04): melhoram gestão de risco; são alternativas de capitalização das instituições concedentes de crédito; ampliam volume de recursos ao consumidor.
- Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio (Lei 11.076/04): melhoram gestão de risco; são alternativas de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- Consignação em folha de pagamento (Lei 10.820/03): minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.

3 – Medidas em tramitação no Congresso Nacional

- MP 460/09 – Parte do Programa Minha Casa, Minha Vida, foi aprovada na Câmara e tramita no Senado como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/09.
- MP 462/09 – Fundo Garantidor Naval; atualmente na Câmara dos Deputados.
- MP 464/09 – Trata do Fundo Garantidor de micro, pequenas e médias empresas.
- MP 465/09 – concessão de subvenção econômica ao BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; atualmente tramita na Câmara dos Deputados.
- PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo (PL 836/03), aprovado na Câmara dos Deputados, seguindo para o Senado Federal para deliberação, onde tramita como PLC 85/2009: permite coleta não apenas de informações “negativas”, mas de “positivas” de empresas/pessoas.
- PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (3.937/04: Câmara dos Deputados – PLC 6/09: Senado Federal): protege interesses de consumidores; reduz prazos e custos administrativos; define papel dos órgãos que atuam sobre o tema.
- PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta (3.498/08 – Câmara dos Deputados): protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas a tais setores.
- PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituir Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- PEC da Reforma Tributária (233/08, apensada à 31/07 – Câmara dos Deputados): estabelece nova repartição de recursos e cria IVA Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal.
- PL das agências reguladoras (3.337/04, apensado ao 2.057/03 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.

12. Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

13. Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

14. Representa os créditos imobiliários.

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
a.a.	Ao ano
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Abras	Associação Brasileira de Supermercados
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
Anoreg	Associação dos Notários e Registradores do Brasil
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ApexBrasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
Arpen Brasil	Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil
ASA	Articulação do Semi-Árido Brasileiro
Asean	Associação de Nações do Sudeste Asiático
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
Ates	Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BB	Banco do Brasil
BC	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
Bric	Grupo formado pelos países: Brasil, Rússia, Índia e China
CAAS	Academia de Ciências Agrárias da China
Caged	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
Caixa	Caixa Econômica Federal
Cauc	Cadastro Único de Convênios
CET	Custo Efetivo Total
CGU	Controladoria-Geral da União
CIPATR	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CND	Certidão Negativa de Débito
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial
CNE	Cadastro Nacional de Empresas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coep	Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Coneei	Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena
Conip	Conhecimento, Inovação e Práticas de Tecnologia da Informação na Gestão Pública
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
Conseg	Conferência Nacional de Segurança Pública
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coppe-UFRJ	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia – UFRJ
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
CV	Cavalo-Vapor
CZPE	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DAS	(Cargos de) Direção e Assessoramento Superior
Deter	Deteção do Desmatamento em Tempo Real
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EGF	Empréstimos do Governo Federal
e-Gov	Governo Eletrônico
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EPI	Equipamento de Proteção Individual
e-Ping	Padrão de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FAS	Fundo de Desenvolvimento Social
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCP	Fundação Cultural Palmares
FED	Federal Reserve – Banco Central norte-americano
Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
Fifa	Federação Internacional de Futebol
Finame	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
Finem	Financiamento a Empreendimentos
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FOIRN	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Funcafé	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IFRS	International Financial Reporting Standards (normas internacionais de contabilidade)
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISI	Internacional Thomson Reuters
IVA-F	Imposto Sobre o Valor Agregado Federal
LAB-LD	Laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro
LCp	Lei Complementar
Libor	London Interbank Offered Rate
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MinC	Ministério da Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Medida Provisória
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPS	Ministério da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MW	Megawatt
Nures	Núcleo de Responsabilidade Socioambiental
OBMEP	Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas
ODP	Observatório da Despesa Pública
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACTI	Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010
PAE	Projetos de Assentamentos Extrativistas
PAF	Projetos Agroflorestais
PAI	Projeto Alcoólico Indígena
PAP	Plano Agrícola e Pecuário (agricultura empresarial)
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PAS	Plano Amazônia Sustentável

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEC/BNDES	Programa Especial de Crédito do BNDES
Pelc	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PEP	Programa de Educação Previdenciária
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
Pibid	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PlanseQBF	Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família
PLP	Projeto de Lei Complementar
PLV	Projeto de Lei de Conversão
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
p.p.	Pontos percentuais
PPP	Parceria Público-Privada
Prime	Programa Primeira Empresa Incubadora
Proagro	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Procap Agro	Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária
Procapcred	Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito do BNDES
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
ProduSa	Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Proext	Programa de Extensão Universitária
Proger	Programa de Geração de Emprego e Renda
ProInfo	Programa Nacional de Informática na Educação
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
Prouni	Programa Universidade para Todos
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
Redesim	Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios
Resex	Reserva Extrativista
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Revitaliza	Programa de Apoio à Revitalização de Empresas
RG	Registro Geral

SIGLAS

<i>Sigla</i>	<i>Significado</i>
RTID	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação
S.A.	Sociedade Anônima
SAF	Sistema Agroflorestal
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secex	Secretaria Executiva
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Seppir	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sest	Serviço Social do Transporte
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
Sinase	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (para adolescentes em conflito com a lei)
Sipia Web	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
Sisrel	Sistema de Ressarcimento Eletrônico ao SUS
SM	Salário Mínimo
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TR	Taxa Referencial
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UC	Unidade de Conservação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Unasul	União das Nações Sul-Americanas
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
Unica	União da Agroindústria Canavieira
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância (The United Nations Children's Fund)
UNODC	Nações Unidas sobre Drogas e Crime
ZPE	Zonas de Processamento de Exportação

DESTAQUES

Ações e programas do Governo Federal

